

privativos, o Governo do Estado orientou essas empresas para a elaboração de um projeto que unificasse infraestruturas fundamentais como o canal de entrada, limitando a necessidade de dragagem. Em 2011 foi assinado um memorando de entendimento para o desenvolvimento da parte coletiva do projeto em conjunto, ainda não tendo sido apresentados seus resultados. Oficialmente a base portuária de Itaguaí encontra-se atualmente em fase de projeto. Na **Figura 3.4-10** a seguir apresenta-se a posição da Baía de Sepetiba frente a campos do pré-sal. Alguns desses aspectos serão retomados mais adiante no **item 3.4.7.1.1.1**.

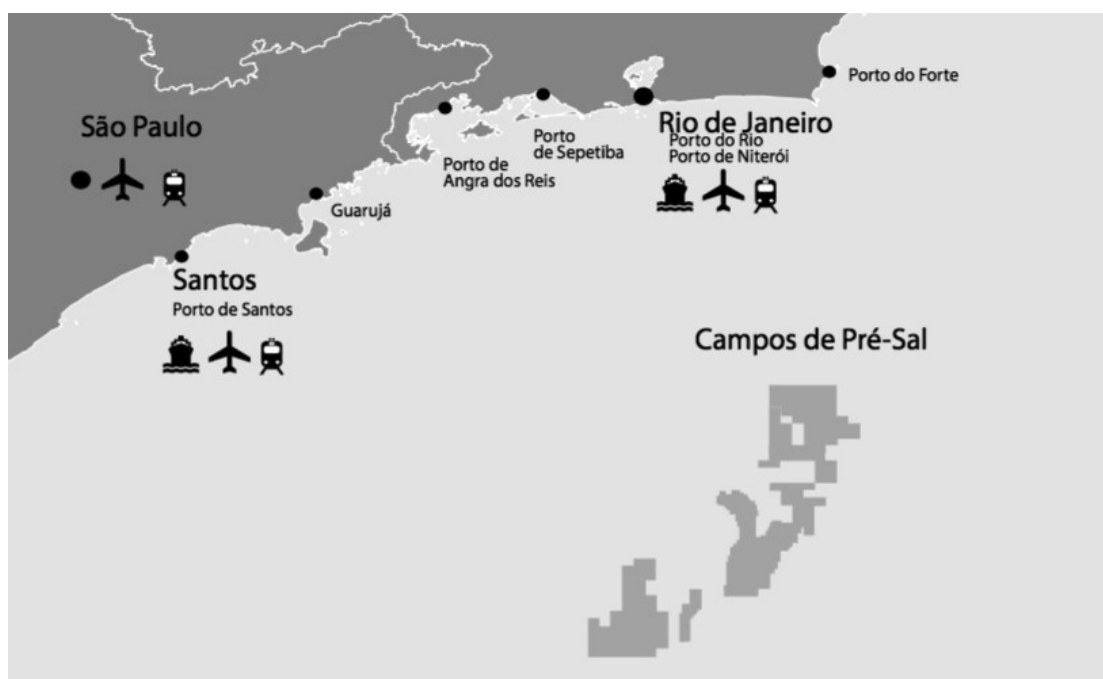


Figura 3.4-10: Localização do Complexo Industrial e Portuário de Sepetiba em Relação aos Campos de Pré-Sal.

Fonte: Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul - PACS Texto Equipe PACS, Apoio Fundação Rosa Luxemburgo (FRL).

3.4.6.3 Importância do Setor Pesqueiro

A literatura técnica que trata da pesca no Rio de Janeiro reconhece que esta atividade, especialmente a pesca artesanal, apesar de sua importância social e econômica, sempre foi considerada como secundária e que seus atores geralmente sobrevivem em condições de pobreza. Reconhece, também, que as comunidades onde ainda se concentram pescadores artesanais vem sofrendo uma crescente pressão, seja da

ocupação urbana, seja da redução das áreas de pesca, da pesca empresarial, da navegação, etc., devendo-se ainda destacar a poluição ambiental das águas continentais, tendo por consequência uma ainda maior precarização de suas condições de trabalho e modo de vida.

O pescador artesanal se caracteriza pelo domínio de seus meios de produção, apropriando-se dos recursos pesqueiros por meio de um conjunto de práticas culturais de intervenções na natureza, as quais ocorrem por meio de limites da territorialidade¹³. Deste, entre outros fatores, decorre o fato de que os pescadores artesanais têm grande dificuldade para organizar uma estrutura produtiva mais coesa, pois se distribuem em núcleos dispersos, que dependem principalmente de comerciantes e atravessadores. O caráter difuso da produção e da comercialização permite o rebaixamento do valor do pescado no primeiro ciclo de comercialização, contribuindo de modo significativo para a redução da renda dos pescadores.

Reconhecendo essa fragilidade, a legislação facilita ao pescador com registro de pescador profissional artesanal o acesso a programas sociais como microcrédito, assistência social e o seguro desemprego, que é pago nos meses do Defeso.

Outros atores da atividade pesqueira mais capitalizados, como os armadores, apesar de conviverem no mesmo contexto ambiental, conseguem se manter em melhor situação. Por possuírem em geral mais de uma embarcação e por contarem com uma força de trabalho embarcada remunerada pelo sistema de partes, dividem os riscos e auferem proporcionalmente a maior parte da renda gerada pelas pescarias. Por se tratar, também, de barcos maiores, praticam a pesca de arrasto e podem alcançar maiores distancias, com maior produção por esforço de pesca.

As empresas pesqueiras representam as estruturas efetivamente empresariais da atividade, atuando tanto na captura, como no beneficiamento e comercialização da produção, com muito maior capitalização e uso de tecnologias modernas. Sua força de

¹³ LOPES, Alessandra Pinheiro. Territorialidades em Conflitos na Baía de Sepetiba, Rio De Janeiro, Brasil. Dissertação apresentada de mestrado, Instituto de Energia e Eletrotécnica da Universidade de São Paulo.

trabalho atua tanto sob o regime de assalariamento como de participação na produção ou sistema misto, com proporcionalmente elevada produção por esforço de pesca, e maior rentabilidade.

O raio de ação é também muito amplo, observando-se recente punição a 32 embarcações surpreendidas atuando em áreas da Baía de Sepetiba vedadas pela legislação – identificadas através do Programa de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite (PREPS) sistema de monitoramento mantido pela área de Inteligência do Ibama¹⁴. Dessas embarcações 16 eram de Santa Catarina, 4 do Rio Grande do Sul, 2 do Espírito Santo e 10 do Rio de Janeiro. Tratavam-se de traineiras que entraram na Baía de Sepetiba para capturar sardinhas-verdadeiras com rede de cerco – modalidade de pesca proibida na região, para serem usadas como iscas-vivas em pesca oceânica.

Em relação à força de trabalho da pesca a legislação¹⁵ divide os pescadores profissionais em artesanais e industriais, caracterizando-se os primeiros por deterem meios de produção próprios, exercerem suas atividades de forma autônoma, individualmente ou em regime de economia familiar, ou com o auxílio eventual de parceiros, sem vínculo empregatício. Já o pescador profissional industrial possui vínculo empregatício e exerce sua atividade em embarcações pesqueiras de armadores de pesca ou de indústrias.

Não obstante o conjunto de tendências contrárias, a pesca artesanal é ainda avaliada como uma cadeia produtiva significativa - produção de redes, embarcação, apetrechos diversos e gelo, vendas no atacado e varejo além de um saber técnico específico, no contexto do circuito produtivo regional, em conjunto com a pesca industrial e a aquicultura. Nesse âmbito ela vem respondendo por mais de 50% da produção, apesar das limitações e defasagem cronológica das estatísticas disponíveis¹⁶.

¹⁴ Ver a respeito SILVA FILHO, Luiz Carlos Ramos da. Análise da Gestão Costeira em Baías: O Caso da Baía de Sepetiba, Rio De Janeiro

¹⁵ Instrução Normativa 03 (12.5.2004 da SEAP/PR).

¹⁶ Estima-se que em termos nacionais a pesca artesanal, em 2002, foi responsável por 52,5% da tonagem de recursos pesqueiros estuarinos e marinhos desembarcados no país.

Para o conjunto do Estado do Rio de Janeiro os dados existentes indicam que até 1985 ele aparecia como o de maior produção pesqueira no país, com o desembarque, naquele ano, de mais de 200 mil toneladas de pescado, ocupando a sardinha uma posição destacada. Na sequência, em função de fatores tais como ciclos naturais relacionados a variações de correntes, degradação de áreas de pesca, além da pesca predatória, as estatísticas apontam para uma retração de cerca de 60% nos desembarques. Essa situação se manteve na segunda metade da década de 1980 e na seguinte, com desembarques pouco superiores a 60 mil toneladas. As espécies pescadas pouco variaram, destacando-se além da sardinha, as capturas/coleta de bonito-listrado, cavalinha, corvina, peroá, dourado, pargo, camarões sete-barbas, rosa e branco, lulas, polvos e mexilhões.

Em relação à população envolvida com a atividade pesqueira, as estimativas para o ano 2000 variavam entre cerca de 15 mil e 50 mil pescadores, segundo respectivamente o Censo Demográfico do IBGE o Serviço de Fiscalização e Fomento da Produção Animal - SFFA/RJ. Para essa mesma data o Registro Geral da Pesca indicava a presença de 13.305 pescadores. De acordo com o SFFA/RJ outras 180 mil pessoas atuavam na cadeia produtiva da pesca, considerando as indústrias de beneficiamento, a produção de insumos e a distribuição/ comercialização do pescado.

3.4.6.3.1 A pesca na Baía de Sepetiba

Antes da instalação do projeto colonial português, a pesca na Baía de Sepetiba já era uma atividade de grande importância para a alimentação das populações nativas. E assim permaneceu no decorrer de todo o período colonial e do império, tendo se mantido como alternativa de complementação da dieta alimentar e geração de algum excedente por pequenos produtores que praticavam a pesca e agricultura, sendo particularmente importante para as comunidades residentes na porção insular.

Ao analisar a situação da comunidade da Ilha da Marambaia, Nóbrega¹⁷ relata que sem a ajuda da roça e da farinha, os moradores se tornaram totalmente dependentes da pesca. No caso a autora faz referência ao conflito entre os moradores locais e a Marinha, no contexto da disputa pelo território reivindicado pela comunidade com origem quilombola, limitou, de forma impositiva as atividades permitidas, com a erradicação das roças e das casas de farinha. Nessa localidade, antes da implantação das atuais instalações da marinha, funcionou, a partir de 1939, a Escola de Pesca Darcy Vargas¹⁸, componente do projeto educacional/assistencial do Estado Novo, destinada à formação e capacitação de pescadores de todo o país, e que reforçou junto à população local a vinculação com a atividade pesqueira.

Na porção continental, o processo de limitação das atividades agrícolas dos pequenos agricultores/pescadores já vinha ocorrendo em função de diferentes fatores entre os quais podem ser destacados, por um lado, a expropriação das terras ocupadas em decorrência de uma intensa especulação imobiliária. De outro, a crescente formação/acesso a um mercado consumidor que tornava a comercialização de determinadas espécies de pescado muito mais vantajoso do que a atividade agrícola. A conclusão do ramal Mangaratiba da Estrada de Ferro Central do Brasil (1914) que integrou o conjunto da All ao sistema ferroviário do Rio de Janeiro, e contribuiu para a superação da longa estagnação pela qual passou a economia local, foi um elemento importante para o acesso ao mercado metropolitano e crescimento do mercado local.

Desse modo ocorreu uma progressiva transição entre o pequeno agricultor/pescador e o atual pescador artesanal, observando-se que o primeiro se dedicava com maior intensidade à pesca com objetivos comerciais apenas nas “épocas de safra”, mantendo a roça e o pequeno criatório como atividades mais importantes. A pesca e a distribuição de seu produto, da mesma forma que as demais atividades, eram organizados no âmbito da força de trabalho familiar e/ou de vizinhança. Já para o pescador artesanal a pesca

¹⁷ NÓBREGA, Luciana de Amorim. A Dificil Vida num Paraiso: Ilha da Marambaia / Rj. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005

¹⁸ ALVES, Vladimir Zamorano. Missão, industrialismo e obra assistencial: a criação da Escola de Pesca Darcy Vargas

passava a ser a atividade econômica principal e a estrutura familiar deixava de ser determinante na divisão social do trabalho.

Como atividade principal a pesca passou a ser realizada com embarcações maiores e em geral motorizadas, sendo também crescentemente complexos os apetrechos e equipamentos necessários, com a especialização por tipo de pesca e de pescado. Esse movimento decorreu da necessidade a atuar numa faixa espacial marítima muito mais ampla e capturar um número maior de espécies. A capitalização necessária para a integração nesse processo levou também a importantes modificações nas formas de comercialização da produção e na divisão do produto, com a diferenciação entre os donos de barcos e apetrechos, e os pescadores, no contexto do trabalho coletivo.

No bojo dessa transição foram se formando diversas comunidades, vilarejos e concentrações urbanas de pescadores. Bondim¹⁹ relata que “A Colônia de pesca de Mangaratiba, sediada em Itacuruçá desde 1926, destacou-se, por muitos anos, como uma das maiores produtoras de pescado do Rio de Janeiro. Já foram registrados nessa Colônia quase 2.000 pescadores. (...) A pesca era tão abundante dentro da Baía de Sepetiba que o trem reservava o último vagão só para o transporte de peixes.” No bairro de Pedra de Guaratiba, até recentemente com uma população predominantemente ligada à pesca e reconhecido como grande produtor de pescado, desde 1912 existe a Colônia de Pescadores Z-14, que funciona até hoje, reunindo pescadores do bairro e das redondezas. Vale observar que este bairro, assim como o de Sepetiba, eram considerados entre as mais importantes concentrações de pescadores do conjunto Estado do Rio de Janeiro. Em Itaguaí se formaram outras importantes comunidades de pescadores, com destaque para a Ilha da Madeira e Coroa Grande.

Apesar da formação de numerosas comunidades que respondiam por um desembarque significativo de pescado, a pesca artesanal nunca conseguiu se transformar em força econômica no contexto do sistema produtivo predominante no entorno da Baía de

¹⁹ BONDIM, Mirian. Resumo da História Econômica e Social de Mangaratiba.

Sepetiba. A distribuição esparsa pela costa e sistema insular vinculada a territorialidades delimitadas, o caráter difuso da estrutura produtiva e a organização tipicamente artesanal e pouco capitalizada das diferentes comunidades de pescadores - representando a base da reprodução econômica e simbólica, parece responder pelo menos em parte a essa questão.

Não são disponíveis séries históricas ou dados atualizados sobre a produção pesqueira na Baía de Sepetiba²⁰. No decorrer dos levantamentos de campo e entrevistas com pescadores e diretores de suas entidades de representação, procurou-se, sem sucesso, levantar alguma ordem de grandeza dessa variável. As estimativas obtidas eram muito conflitantes em termos quantitativos, e convergentes quanto à tendência decrescente que se teria acentuado nos últimos anos. A bibliografia técnica consultada também aponta na mesma direção.

Nas duas últimas décadas a pesca, especialmente a artesanal, convive com fortes tendências contrárias, como a intensificação da poluição por efluentes das atividades industriais e portuárias, um amplo passivo de contaminação por metais pesados – com risco de reciclagem a cada nova dragagem, o crescimento da população urbana e do volume de esgoto doméstico, os efeitos da especulação imobiliária sobre o conjunto dos ecossistemas, além da pesca predatória entre outros males.

Nesse contexto a produção necessariamente tende a cair. Freitas e Rodrigues²¹ observam que “o quadro da pesca artesanal na Baía de Sepetiba aponta para uma condição de declínio ou estagnação, em um cenário menos pessimista. Essa projeção se fundamenta por meio das circunstâncias socioeconômica e ambiental, predominantes naquele território”.

Os autores citados indicam que estas “externalidades negativas” vem tendo como

²⁰ A única informação encontrada na bibliografia consultada sobre o tema é datada de 1997 e sugere que a produção pesqueira da Baía de Sepetiba representava cerca de 2% da produção do Rio de Janeiro, estimada em 77.616 Kg.

²¹ FREITAS, Marcelo Bessa e RODRIGUES, Silvio Cesar Alves. As consequências do processo de desterritorialização da pesca artesanal na Baía de Sepetiba (RJ, Brasil): um olhar sobre as questões de saúde do trabalhador e o ambiente.

consequências, entre outras de menor importância, (i) forçar alterações substanciais na rotina da pesca artesanal restringindo a navegação e a captura nos pesqueiros reconhecidos e tradicionais, com redução dos desembarque e da renda dos pescadores, além de (ii) gerar a necessidade de novos espaços e fluxos de navegação que garantam a manutenção de um padrão mínimo de produtividade e que tendem a ser mais distantes e, por conseguinte, exigir maior tempo, esforço, custos e riscos inerentes à atividade.

O prolongamento dessa situação vem estimulando tanto o abandono da atividade como o desenvolvimento de hábitos e práticas alternativas entre os pescadores artesanais. O amplo conjunto de entrevistas realizadas com pescadores e gestores de suas entidades de representação, confirmou que apesar da pesca se manter como importante atividade em termos econômicos e sociais - garantindo total ou parcialmente o sustento de uma parcela importante da população da AI, o número de pescadores – especialmente daqueles que tem a pesca como atividade principal, encontra-se em franco declínio. Só não tem sido maior porque (i) para os empregos gerados para a implantação e operação das novas empresas implantadas na região só foram aproveitados trabalhadores locais para a fase de obras – empregos temporários, sendo em geral reduzida a presença de locais entre os empregados permanentes, assim como (ii) o fato de se estar vivenciando uma profunda crise econômica com forte redução do número de empregos, levando a que o recurso à atividade pesqueira como forma de subsistência tenha se acentuado.

No que se refere às práticas alternativas, o destaque é a passagem à condição de atividade principal da prestação de serviços de transporte e cargas e passageiros e o atendimento a turistas, especialmente para programas de pesca esportiva. Essa inversão ocorre especialmente no decorrer do inverno - quando os rendimentos da pesca são menores e/ou dos finais de semana, mesmo no verão. De modo subsidiário por abarcar um universo ainda muito reduzido de pessoas, também foi citada nas entrevistas a alternativa de desenvolvimento da maricultura.

Neste contexto não se mostrou factível estabelecer o número de pescadores/coletores que efetivamente dependem total ou parcialmente da pesca, bem como do conjunto de pessoas que pescam com objetivos comerciais ou complementação da subsistência. A informações disponíveis – mesmo aquelas relativas aos pescadores artesanais que dispõem de Registro Geral de – RGP, não dão conta dessas variáveis. Por um lado, a

posse do RGP não garante que se trate de um efetivo pescador artesanal em atividade, pois reconhecidamente uma parcela significativa desses RGP's é portado tanto por pessoas que não praticam a pesca, como por pescadores que já deixaram de praticar a atividade de forma efetiva.

Por outro lado, os levantamentos de campo e entrevistas realizadas junto às comunidades de pescadores permitiu constatar a existência de pescadores artesanais que tem a pesca como atividade principal e que não possuem o RGP. Seja porque não foram esclarecidos ou convencidos da importância/necessidade deste documento, seja porque o solicitaram, mas o documento não foi providenciado pela instituição competente. Trata-se de um número significativo – especialmente nas comunidades insulares, porém de difícil quantificação.

Dentro desse contexto para ter uma ideia de grandeza no número atual de pescadores artesanais tomou-se por base o número de filiados nas entidades de representação dos pescadores. De acordo com o relato das lideranças das organizações da pesca artesanal entrevistadas, há cerca de 2.189 pescadores artesanais profissionais registrados em colônias e associações de pesca na região. O **Quadro 3.4-45** apresenta o número de pescadores filiados por organização de pesca, segundo relatos das respectivas lideranças.

Quadro 3.4-45: Número de pescadores afiliados às associações de pescadores da AI, 2017.

Município	Localidade	Entidade	Número de Filiados
Rio de Janeiro	Pedra de Guaratiba	Colônia de Pescadores Z-14	200
Rio de Janeiro	Pedra de Guaratiba	APAPG	142
Rio de Janeiro	Canal do São Francisco	Apasf	14
Itaguaí	Canal da Ponte Preta	APEITA	50
Itaguaí	Ilha da Madeira	APLIM	80
Itaguaí	Praia da Quatiquara - Ilha de Itacuruçá	AMCOVERI	10
Itaguaí	Coroa Grande	Colônia de Itaguaí	32
Mangaratiba	Itacuruçá	Colônia de Pescadores Z-16	800
Mangaratiba	Muriqui	APEMAM	41

Município	Localidade	Entidade	Número de Filiados
Mangaratiba	Ilha do Jaguanum	AMPIJ	100
Mangaratiba	Ilha da Marambaia	APMIM	88
Mangaratiba	Praia do Sahy	ASSOPESCA	504
Mangaratiba	Centro	AMAR	128
Total de pescadores filiados			2189

Fonte: Concremat Ambiental, 2017.

Trata-se de um quantitativo bastante diferente daquele estimado em 2000 pela SEAP (então Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, hoje MPA) de 2.508 pescadores, bem como daquele resultante dos levantamentos realizados entre março/abril de 2008 junto a 13 entidades de pesca atuantes na região no âmbito do EIA-RIMA da Ampliação do Porto Sudeste (Ecology, 2008), que contabilizaram 3.307 pescadores.

Avaliando essa informação à luz das entrevistas junto aos dirigentes das entidades de representação dos pescadores artesanais, é certa a ocorrência de duplas contagens, pois é sabido que muito pescadores são afiliados tanto a uma Colônia de Pesca institucionalizada como a uma associação de classe sem essa característica.

Trata-se de uma estimativa, por outro lado, que também não dá conta dos pescadores não afiliados e sem RGP, bem como de uma ampla gama de pessoas que praticam a pesca e a mariscagem como atividades de complementação de renda. Nesse último contexto há uma grande expansão do universo a ser considerado.

3.4.6.3.1.1 Artes da pesca e Principais Espécies Capturadas

Na Baía de Sepetiba os pescadores artesanais lançam mão de um variado conjunto de artes da pesca, sendo crescente a especialização das técnicas empregadas dado o grande volume de petrechos – especialmente diferentes tipos de redes, e o seu custo e manutenção. Desse modo as diferentes comunidades cujos diversos pesqueiros preferenciais se espalham pela baía, desenvolvem técnicas específicas de captura para cada uma desses pesqueiros, bem como em relação ao objeto principal das pescarias.

A pesca de rede – que compreende diversas artes, é a mais empregada entre as artes de pesca móvel, podendo sua presença ser observada em toda a baía. Em

contraposição, as artes de pesca fixas - estacadas ou currais, são praticadas apenas em locais mais rasos, especialmente na Pedra de Guaratiba e na Restinga de Marambaia.

Curral: estacas em madeiras fincadas ao fundo da baía, posicionadas de forma que a corrente marinha direciona o pescado para o interior das armadilhas

Dentre as artes de pesca móvel com rede, praticadas pelos pescadores artesanais da Baía de Sepetiba, destacam-se aquelas denominadas de *bate-poita*, *aperto*, *caceio*, *de cerco* e *de espera*. A primeira delas é de uso geral, mas destacadamente pelos pescadores de Itacuruçá, observando-se o oposto na porção compreendida entre a Ilha do Jaguanum e a ligação com o oceano, sendo praticada com redes de 600 a 2600 metros e malhas de 30 e 70 mm. Seu uso preferencial é para a captura da corvina, da piraúna, da pescada e da tainha.

A rede de aperto, utilizando as mesmas malhas, é empregada tanto para a pesca do camarão, como para a captura da corvina e da tainha, com redes de menor extensão (em geral 450 a 1300 metros).

As técnicas que empregam redes fixas, de espera, geralmente medindo ente 600 m² e com malha de 30 a 110 mm, são empregadas no canal principal da baía e em outras áreas centrais, permanece fixada ao fundo por várias horas, preferencialmente durante a noite, sendo recolhida na manhã seguinte. É empregada para a captura do linguado, servindo também para a tainha e para a corvina. É uma das técnicas mais difundidas pois o pescador, após a colocação das redes, pode se recolher ou desenvolver outras atividades, antes de fazer o recolhimento.

Bate-Poita: técnica em que a rede é forçada em semicircunferência, por meio de uma de suas extremidades presa à embarcação e, com o auxílio de uma poita, os pescadores batem na água a fim de produzir estímulos sonoros para a movimentação dos peixes ao encontro da rede

Rede de aperto: técnica em que é feito o cerco e utilizam uma corda amarrada a uma das extremidades para apertar a rede até a proa da embarcação, puxando-se na sequência a rede pela outra extremidade até o seu final

Caceio: técnica na qual a rede fica à deriva ou fixada à embarcação, sendo deslocada tanto na superfície quanto pelo fundo pela ação das correntes

Rede de cerco: técnica na qual na qual as embarcações são utilizadas para cercar os cardumes e os mesmos malharem nas redes

Rede de espera: técnica na qual as redes são colocadas em locais estratégicos de passagem de cardumes, onde normalmente pernoitam e são recolhidas pela manhã

Outra técnica muito utilizada é a de arrasto de porta, para captura do camarão, sendo também empregada com o mesmo objetivo a técnica do cerco com calão, com o uso de rede chamada de courinho com malhas apertadas. Vale observar que os arrastos ocorrem por toda região, sendo sempre realizados por embarcações de médio porte, equipadas com motor relativamente mais potente do que aqueles encontrados nas demais embarcações artesanais. Também de uso generalizado são as de linha de mão e espinhel, a tarrafa e o puçá. Como variante ao espinhel, a pargueira. A pesca com linha de mão e vara ocorre sobretudo nos rios e nas áreas mais rasas da Baía, até a profundidade de 3 metros.

Cabe citar, por último, as marisqueiras, realizadas por coleta manual e/ou por intermédio de equipamentos como cavadeira e ancinho para retirar os mariscos. A denominação no feminino se deve ao fato da atividade ser praticada quase exclusivamente por mulheres.

Rede de Arrasto de Portas: técnica utilizada com embarcação motorizada que arrasta uma rede de funil próxima ou no fundo da baía

Espinhel de fundo: técnica que utiliza tralha de nylon com vários anzóis presos à linha

Linha de Mão: técnica que utiliza linhas de monofilamento com cerca de 4 anzóis em uma das extremidades utilizando chumbada para levá-los até o fundo

Pargueira: técnica de pesca que utiliza linhas de monofilamento com cerca de 12 a 22 anzóis em uma das extremidades utilizando chumbada para levá-los até o fundo

Quanto às espécies mais capturadas, foram identificadas 32, a saber: corvina, robalo, camarão, pescadinha, linguado, tainha, pescada amarela, parati, marisco, xaréu, espada, guaivira, enchova, sardinha verdadeira, sororoca, bagre, raia, vôngole pirauna,

peixe-porco, sururu, micholi, bagre branco, lula, vieira, polvo, siri, pargo, olhete, olho de boi, cavala e corvina. Dentre elas, a corvina é a espécie mencionada pelos 27 pescadores entrevistados, o que denota sua importância na atividade pesqueira da Baía de Sepetiba.

A pesca da corvina é realizada tanto pelos pescadores artesanais, quanto pelas traineiras industriais. Os pescadores entrevistados afirmam que durante todo o ano há cardumes migrando pela baía, mas a captura realizada pelas traineiras industriais é predatória, e com capacidade para pescar toneladas de uma só vez. Apontam, inclusive, a pesca empresarial/industrial como principal fator da redução de cardume de corvinas.

A quantidade de corvina capturada pelos pescadores artesanais varia, indo de 20 a 100 quilos (kg) por pescaria. Um pescador declarou já ter capturado 270 kg numa única saída para o mar. A corvina é considerada "peixe de corrida", ou seja, espécie com hábitos migratórios pela Baía de Sepetiba. Contudo, os principais pesqueiros de corvina identificados foram: Ilha da Madeira (Vila do Engenho), Canal da Tecon, Ilha dos Martins, Ilha da Marambaia (Pescaria Velha e Saco da Pombeba), Ilha de Jaguanun, Ilha do Vigia Grande, Ilha Guaibinha, Praia do Centro de Mangaratiba, Ilha Guaíba, Praia de Itacuruçá, Coroa Grande, assim como na Ilha do Grande e na região oceânica restinga Marambaia.

O robalo aparece como a segunda espécie mais capturada na Baía de Sepetiba. A quantidade capturada por pescaria varia entre 20 e 50 kg. O peixe é capturado migrando pelas águas, assim como no pesqueiro da foz do canal Guandu, nas proximidades da TKCSA (pesqueiro impedido pelo empreendimento), do costão da Restinga da Marambaia, do Saco da Pombeba, da Ilha do Bernardo, da Ilha do Jaguanum (Praia do calhau), Ilha da Saracura e Ilha do Vigia Grande.

O camarão aparece como a terceira espécie mais capturada nas águas da Baía. A Restinga da Marambaia é apontada como referência para a realização da atividade. As espécies camarão branco, camarão VG e camarão sete barbas são capturadas no costão da Marambaia e no saco da Pombeba. Além da Marambaia, pesca-se camarão branco e sete barbas nas praias de Muriqui, Brava, Grande, Centro de Mangaratiba e do Saco. Apesar de serem citados nas entrevistas, não foi mencionado onde as espécies camarão rosa e camarão cinza são capturados, nem a quantidade média por captura.

A pescadinha é a quarta espécie mais pescada na região. Os pescadores capturam uma quantidade que varia entre 15 e 50 kg. Os principais pesqueiros da espécie identificados foram o Saco da Pombeba, pesqueiro impedido pelo TKCSA, a Laje Grande, a foz do canal do São Francisco; assim como sua migração pela baía.

O linguado aparece em quinto lugar. A produção por pescaria gira em torno de 50 kg. O peixe é capturado migrando pela baía, nas regiões oceânicas, e nas localidades da Restinga da Marambaia (Praia da Pescaria Velha na Ilha da Marambaia, Costão da Restinga e Saco da Pombeba).

Na sexta posição foram citadas por 11 dos 27 entrevistados a tainha e a pescadinha amarela. A quantidade pescada varia entre 20 e 75 kg. A tainha é capturada na Praia de Itacuruçá, Coroa Grande, Ilha da Madeira, Laje Grande, Restinga da Marambaia (Praia da Pescaria Velha na Ilha da Marambaia, Costão da Restinga e Saco da Pombeba), pesqueiro impedido pelo TKCSA e foz do canal de São Francisco. Já a pescadinha amarela é capturada no pesqueiro impedido pelo TKCSA, Laje Grande e foz do canal de São Francisco.

O peixe Parati e o "marisco", que se refere à espécie mexilhão, foram mencionados por 7 dos 27 entrevistados. Não foram citadas as quantidades de pescados capturados, mas os pesqueiros de parati são a Laje Grande e a Restinga da Marambaia; e os de mexilhão a Ilha da Pescaria (entre a praia de Sepetiba e o terreno da Basf, em Santa Cruz), a praia de Coroa Grande e a localidade Vilar dos Coqueiros.

As espécies enchova, xaréu, sororoca, pargo, olhete, olho de boi e cavala foram identificadas como peixes capturados, prioritariamente, na região oceânica. Os pesqueiros identificados foram o a Ilha do Jorge Grego e a Restinga da Marambaia (localidades mais próximas ao Oceano Atlântico). Além dessas, a espécie espada é pescada no canal do Porto Sudeste, enquanto a Guaivira na Laje Grande e nas localidades da Restinga da Marambaia. Fora isto, a corvinota foi mencionada por apenas 1 entrevistado como peixe de corrida. Os entrevistados não relataram informações a respeito dos pesqueiros e quantidades capturadas das espécies Sardinha verdadeira, Bagre, Raia, Vôngole, Peixe-porco, Micholi, Bagre branco, Lula, Vieira e Polvo (ver **Figura 3.4-12**).

As 32 espécies referidas são comercializadas por quilograma. O preço médio de comercialização varia, principalmente, se a venda é feita para atravessadores ou se é de maneira direta ao consumidor. Os atravessadores são compradores que pagam menos pelo quilograma do pescado, mas que oferecem compra de imediato, sem que o pescador tenha que arcar com os custos da comercialização do produto (deslocamento, armazenamento, etc). A venda de forma direta ao consumidor oferece maior margem de lucro ao pescador, pois ele consegue um valor maior por quilograma do pescado vendido, mas é desvantajosa, na medida em que o trabalhador se expõe aos custos da venda.

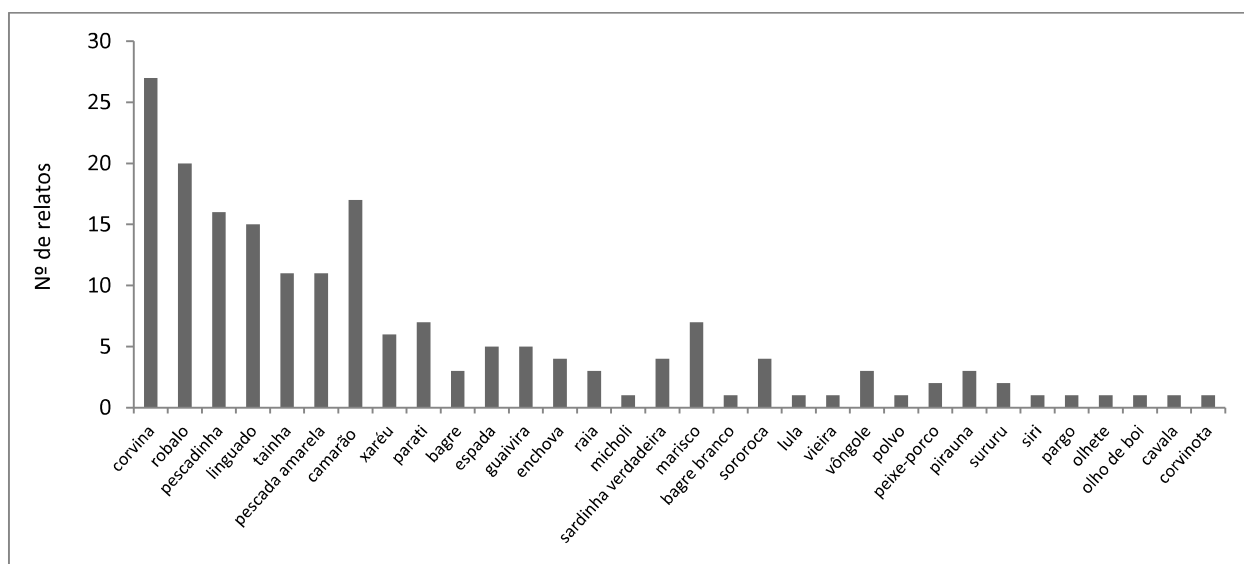


Figura 3.4-11: Espécies capturadas na Baía de Sepetiba.

3.4.6.3.1.2 Embarcações e Áreas de Pesca

Tomando por base pesquisas anteriores e as entrevistas e questionários aplicados junto aos dirigentes das Colônias de Pesca e demais entidades de representação dos pescadores da área em estudo, a frota pesqueira local pode ser estimada em cerca de 1.200 embarcações. Trata-se em geral de embarcações pequenas e de motorização com baixa potência, sendo uma proporção significativa movida a remo. De maneira geral, a frota possui baixa autonomia e é constituída principalmente de barcos de madeira construídos por estaleiros/artesãos locais. Essa conformação é viável uma vez que as comunidades pesqueiras se encontram dispersas pela baía e tendem a desenvolver suas

atividades em pesqueiros próximos, existindo, no entanto, exceções que exigem viagens mais longas.

De maneira geral se pode considerar que a maioria das pescarias realizadas na Baía de Sepetiba ocorre ao longo do canal principal de navegação e em sua área central. Embarcações de cerco e arrasto concentram suas atividades nessas áreas e no entorno das ilhas de Itacuruçá, Jaguanum e Marambaia. As embarcações menores (canoas, caícos, barcos de fibra e alumínio) a remo ou motor, atuam ao longo da margem continental da baía, de Mangaratiba a pedra de Guaratiba, principalmente nas localidades de Sahy, Muriqui, Ilha da Madeira e Sepetiba.

De acordo com as informações coletadas em fontes primárias e secundárias relativas à frota, podem-se destacar as seguintes características:

- Cerca de duas terças partes da frota é constituída por caícos (pequenos barcos de dupla proa e de fundo chato) e canoas;
- As embarcações de médio porte tendem a representar cerca da quinta parte do montante, compondo-se de baleeiras e arrasteiros de médio porte, que em parte significativa atendem às exigências da classificação de pesca artesanal.

Nas comunidades pesqueiras localizadas no Município do Rio de Janeiro, Pedra de Guaratiba e Sepetiba, predominam os barcos de madeira com motor de centro - dos tipos caíco, canoa e traineira, com dimensões de 4 a 9 metros. Em Pedra de Guaratiba, onde se localiza a sede da Colônia de Pesca Z14, ocorre uma das maiores concentrações de embarcações da área de estudo, em número de cerca de 300, estimando-se que duas terças partes sejam do tipo caíco, geralmente operado por dois pescadores. Estima-se também que menos de 10% das embarcações tenha dimensão superior a 8 metros.

Algo semelhante ocorre em parte na comunidade de pescadores de Ilha da Madeira, em Itaguaí, onde a maior parte da frota se compõem de barcos em geral menores (de 4 a 7 metros), diferenciando-se pela presença, em menor quantidade, de barcos de cerco e arrasto, com entre 7 e 10 metros. Trata-se da comunidade pesqueira na qual se concentram essas embarcações em geral pertencentes a pescadores que são associados à Associação dos Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira (APLIM).

Nesse mesmo município, na comunidade pesqueira de Coroa Grande, predominam as embarcações maiores, em geral traineiras de madeira com entre 8 e 15 metros e motores mais potentes. No Município de Mangaratiba as principais áreas de concentração de pescadores são as praias do Centro e do Sahy, bem como os distritos de Muriqui e Itacuruçá.

Neste último, onde se localiza a Colônia de Pesca Z16, os barcos são em geral de madeira e de médio e grande porte – incluindo canoas, traineiras e barcos de arrasto, com dimensões entre 6 e 15 metros e motorização potente. Com pouco menos de 300 embarcações verifica-se, nessa comunidade pesqueira, elevado predomínio de barcos que atendem às exigências da classificação da pesca artesanal e reduzida proporção de embarcações maiores, conforme se pode verificar na **Figura 3.4-12** a seguir.

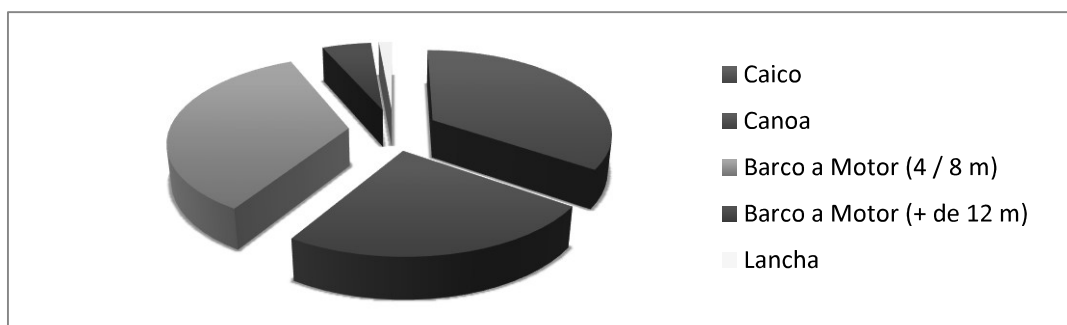


Figura 3.4-12: Estimativa da distribuição proporcional da frota pesqueira da área em estudo de acordo com a tipologia das embarcações.

Em Muriqui também predominam os barcos de madeira – canoas e traineiras muitas vezes, com motores de média potência e dimensões geralmente variando entre 6 e 10 metros. Na sede municipal, na praia do Centro, predominam barcos de madeira relativamente maiores – traineiras e de arrasto, com 8 a 12 metros. Na praia do Shay os barcos tendem a ser menores (5 a 7 m) – de madeira, fibra ou alumínio, e baixa motorização. Vale observar, a esse respeito que as embarcações menores costumam estar associadas a modalidades de pesca com artes baseadas em redes e linhas, enquanto os barcos de maior porte adaptam-se a várias modalidades de captura, com muito maior autonomia, podendo praticar inclusive a pesca oceânica.

Essa diferenciação que é verificada na composição das diferentes comunidades e se enquadra no contexto de uma divisão informal das áreas de pesca, evitando conflitos de sobreposição de pescadores entre as diversas comunidades da região.

De acordo com os relatos dos entrevistados sobre os espaços marinhos utilizado pelos pescadores e seus territórios de pesca, os principais pesqueiros são os entornos das ilhas da Madeira (Vila do Engenho), dos Martins (praia do Leste, Sul e Funil), da Marambaia (Saco da Pombeba, Costão da Restinga e Pescaria Velha), do Jaguanum (Praia do Calhau, da Toca e do Cabeceiro), do Vigia Grande, do Bernardo, da Saracura, da Guaíba e da Guaibinha. Além das ilhas situadas na Baía de Sepetiba, os dirigentes da Apeita e da Apmim relataram que os pescadores da Ponte Preta e da Ilha da Marambaia, que possuem embarcações de maiores dimensões e motores mais potentes, pescam na Ilha Jorge Grego - região oceânica da Baía da Ilha Grande. Além desses pesqueiros situados nas proximidades insulares, as desembocaduras dos rios e canais também são zonas de pesca, com destaque para a foz do Canal da Tecon, do Canal de São Francisco, do Rio Guandu, do Canal do Itá e do Canal da Vala da Goiaba. Somado às ilhas e à foz de rios e canais, há um lajedo rochoso onde os pescadores artesanais, principalmente os que moram em Pedra de Guaratiba, Sepetiba, Canal do São Francisco e Ilha do Martins pescam frequentemente: na Laje Grande, situada de frente para o terreno da BASF. As praias de Itacuruçá, Grande, de Muriqui, Brava, do Centro Mangaratiba, e do Saco foram identificadas como locais de pesca, sobretudo, de camarão. Vale destacar a "vala", conhecida como Vala do Rio Vermelho, mencionada por 10 pescadores dos 27 entrevistados, que se refere a uma especificidade da Baía de Sepetiba aonde o assoalho oceânico é mais profundo e, por consequência, várias espécies de pescado se reproduzem nessa área. Os botos-cinza igualmente transitam por essa "vala", situada próxima ao Costão da Restinga da Marambaia, a oeste da Baía de Sepetiba.

Nas entrevistas com pescadores e dirigentes das entidades de pesca, foi ainda destacado em relação tema tratado, a atuação de embarcações de arrasto (galhudos) e de cerco (traineiras) de maior porte e maior capacidade de produção por unidade de esforço, que utilizam tecnologia avançada (equipamentos eletrônicos de navegação e detecção como radares e sonares), além de motores com uma potência mais elevada. Trata-se de atividade proibida numa fiscalização tem sido falha e que vem contribuindo para a elevação da pressão sobre os recursos pesqueiros, com o aumento da escassez do pescado e redução da produção entre os pescadores de pequena escala,

principalmente os artesanais. Incluem-se ainda entre as sequelas resultantes, o aumento da degradação ambiental dos ecossistemas naturais da baía. A esse respeito foi citado tanto a captura excessiva de organismos juvenis, como impactos sobre os ecossistemas bentônicos.

A maior parte dos barcos desse tipo que atuam na Baía de Sepetiba são provenientes de outros portos fluminenses como Angra dos Reis, Niterói, São Gonçalo, além de outros mais distantes como Itajaí e Vitória, no Espírito Santo. No contexto das entidades representativas dos pescadores existe, no entanto, uma antiga polemica em relação aos barcos de médio porte – especialmente os sediados na Ilha da Madeira, que estariam praticando atividades predatórias.

3.4.7 Organização Social

Para a identificação de organizações sociais, grupos e movimentos comunitários envolvidos com temas ambientais e representativos da atividade de pesca artesanal na Baía de Sepetiba, utilizou-se como referência bibliográfica os EIAs de outros empreendimentos localizados na Ilha da Madeira, assim como conhecimentos pretéritos sobre a dinâmica da atividade pesqueira em outros projetos. No que tange às organizações sociais da AID e aos Conselhos de Meio Ambiente da All, o presente estudo apresenta um levantamento de identificação dos mesmos, realizado pela coleta de dados via *internet* e ligações telefônicas.

A pesquisa foi complementada pela coleta de dados para a confecção de questionários estruturados e realização de visitas de campo ocorridas nos meses de setembro e novembro de 2017.

A análise referenda-se, portanto, na síntese dos dados pesquisados e nos resultados de 15 entrevistas em profundidade com informantes-chave de organizações representativas da atividade de pesca artesanal e com o Instituto Boto Cinza.

Desta maneira, o presente item divide-se nos seguintes tópicos: 1. Caracterização das Organizações de Pesca Artesanal da Baía de Sepetiba, 2. Identificação de Organizações Sociais de Meio Ambiente atuantes na Baía de Sepetiba, 3. Identificação de Fóruns e Conselhos de Meio Ambiente da Baía de Sepetiba.

3.4.7.1 Caracterização das Organizações de Pesca Artesanal da Baía de Sepetiba

A presente caracterização apresenta dados primários sobre as organizações representativas da atividade de pesca artesanal da Baía de Sepetiba, no litoral sul do estado do Rio de Janeiro, coletadas em trabalho de campo realizado em setembro e novembro de 2017. A equipe técnica responsável dialogou com grupos de pescadores e representantes de organizações sociais que trabalham e residem nas localidades inseridas na Baía de Sepetiba, pertencentes aos municípios supracitados, por meio de questionários semiestruturados.

Foram entrevistados os representantes da Colônia Z-14, APAPG, APAS e APASF (no município do Rio de Janeiro); APEITA, APLIM, AMCOVERI e Colônia de Itaguaí (no município de Itaguaí); Colônia Z-16, APEMAM, AMPIJ, ABIT, APMIM, ASSOPESCA e AMAR (no município de Mangaratiba). O **Quadro 3.4-46** informa as lideranças entrevistadas por organizações de pesca.

Quadro 3.4-46: Lideranças entrevistadas e as respectivas organizações de pesca na Baía de Sepetiba.

Município	Localidade	Organização	Presidente
Rio de Janeiro	Pedra de Guaratiba	Colônia de Pescadores Z-14	Fábio Pedroso
Rio de Janeiro	Pedra de Guaratiba - Ponta Grossa	Apapg	Isac Alves de Oliveira
Rio de Janeiro	Praia do Cardo - Sepetiba	Apas	Alcir da Cunha Lage
Rio de Janeiro	Margem Rio São Francisco - Santa Cruz	Apasf	José Eraldo dos Santos
Itaguaí	Ponte Preta	Apeita	Vitor Lopes Andreas
Itaguaí	Ilha da Madeira	Aplim	Sérgio Hiroshi
Itaguaí	Ilha de Itacuruçá - Praia da Quatiquara	Amcoveri	José Carlos Naípe dos Santos
Itaguaí	Coroa Grande	CPI	Oswaldo Soares do Nascimento Filho
Mangaratiba	Praia de Itacuruçá	Colônia de Pescadores Z-16	Expedito Melo
Mangaratiba	Muriqui	Apemam	Renato Rosa

Mangaratiba	Ilha de Jaguanum - Praia da Várzea	Ampij	Mônica Maria Da Conceição Moreira
Mangaratiba	Itacuruçá	Abit	Gilberto Oliveira / Carlos Alberto
Mangaratiba	Restinga da Marambaia	Apmim	Robson da Silva Mattos
Mangaratiba	Praia do Sahy	Assopesca	Nilton Machado
Mangaratiba	Centro de Mangaratiba	Amar	Maria da Guia Peres dos Santos / Marcos Luiz de Souza

Fonte: Concremat Ambiental, 2017.

3.4.7.1.1 O cenário da pesca artesanal na Baía de Sepetiba

De forma generalizada os representantes das organizações de pesca pontuaram nas entrevistas cenários políticos que afetam diretamente a categoria de pesca artesanal, como: a) A emergência do complexo portuário industrial na Baía de Sepetiba; b) A dragagem da Cia Docas do Rio de Janeiro e Vale S.A.; c) O vazamento de óleo da Transpetro ocorrido em 2015; d) A disputa em torno da causa da mortandade dos botos-cinza; v) A emissão da carteira de pescador (RGP) e da licença da embarcação de pesca (POP); e) O recebimento do benefício Seguro Defeso. Os cenários relatados pelos presidentes das organizações de pesca estão descritos a seguir.

3.4.7.1.1.1 A emergência do complexo portuário industrial na Baía de Sepetiba

Na década de 1970, a política econômica do governo militar teve como proposta estratégica do desenvolvimento econômico instalar um "cinturão industrial" entre o Estado da Guanabara e suas imediações. Segundo Motta (2011), as regiões metropolitanas (RM's) foram amplamente adotadas nos anos 1970, com *status* de prioridade nacional, a fim de solucionar a ineficiência da estrutura política administrativa calcada nos limites municipais - que não atendiam a demanda da maioria das áreas metropolitanas.

Nesta conjuntura, a Baía de Sepetiba, situada na RMRJ, torna-se estratégica ao projeto nacional. Nela foram implantados importantes projetos de investimentos, tais como: a Cosígua (hoje Gerdau), em Itaguaí; a Usina de Furnas, no DI de Santa Cruz e alargado

os investimentos em indústria naval, já que o Centro de Adestramento da Marinha de Guerra (CADIM) encontra-se sediado na Restinga da Marambaia desde 1971²².

No ano de 1982 é inaugurado o Porto de Sepetiba, sob a competência da Cia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ), que atualmente se chama Porto de Itaguaí, localizado na Ilha da Madeira. Embora tenham ocorrido cortes no setor de infraestrutura, os modais rodoviário e portuário no estado do RJ permaneceram inseridos nos projetos de investimentos federais.

Na região, para garantir o escoamento eficiente da produção, foi implementada uma infraestrutura articulada com importantes rodovias como a BR 101 (Rio-Santos), BR-116 (Rodovia Presidente Dutra) e a BR-040 (Rio-Brasília), além dos troncos ferroviários que atendem ao ramal de carga do Quadrilátero Ferrífero (RODRIGUES, 2007), de forma a estabelecer uma conexão entre os terminais e importantes eixos geoeconômicos do país. (LOPES, 2013). Ao que tudo indica, o estabelecimento do Complexo Portuário e Industrial da região permanecia estratégico ao projeto nacional.

Entre os anos 1990 e 2000 vários outros empreendimentos são inaugurados na Baía de Sepetiba, com destaque para o arrendamento CSN, juntamente à Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), que arrendou em setembro de 1998 os terminais de uso múltiplo do Porto de Sepetiba, com direito de exploração das infraestruturas recentemente construídas por 25 anos (COCCO *et al*, 2001). Nos últimos 17 anos o Porto de Itaguaí expandiu suas transações comerciais, assim como foram inaugurados os Porto da ThyssenKrupp CSA Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA, em 2010) e o Porto Sudeste (2015).

3.4.7.1.1.2 A dragagem da Cia Docas do Rio de Janeiro e Vale S. A.

De acordo com os relatos das entrevistas, a Cia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) está aproveitando um licenciamento de obras de dragagem autorizado pelo INEA, há anos,

²² Em 1905 a União adquiriu a ilha da Marambaia e entregou a jurisdição do território à Marinha do Brasil. Em 1939 a ilha foi doada pelo presidente Getúlio Vargas para a instituição Abrigo Cristo Redentor construir uma escola Profissional de Pesca. Em 1971 a administração da Ilha da Marambaia retorna à Marinha.

no qual não fora dragada a quantidade total permitida pelo órgão estadual licenciador para realizar a manutenção do canal de acesso dos navios até o Porto de Itaguaí. Entretanto, as organizações de pesca entendem que o uso desse “saldo” de dragagem para a manutenção do canal, advindo de licenciamento pretérito, é inválido, já que o que ocorrerá é a duplicação do canal existente sem a realização de um novo processo de licenciamento ambiental. De acordo com as lideranças, a Vale S.A. é quem contratará a draga para o serviço.

3.4.7.1.1.3 O vazamento de óleo da Transpetro em 2015

Em 2015 ocorreram dois vazamentos de óleo da empresa Transpetro, subsidiária da Petrobras, no Terminal da Baía de Ilha Grande (Terminal Marítimo Maximiliano da Fonseca - TEBIG), em um intervalo de quatro meses entre o primeiro e o segundo. O primeiro vazamento foi decorrente da operação de transferência de óleo entre duas embarcações (*ship-to-ship*) atracadas no píer do Tebig; e o segundo vazamento em função do rompimento de um duto.

Acordou-se entre a empresa e o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), uma ação civil pública através da assinatura do Termo de Ajuste de Conduta (TAC), o valor de R\$ 36 milhões para ações de compensação do crime ambiental. Deste montante, R\$ 13 milhões e 872 mil reais serão investidos em um plano de melhorias para a segurança ambiental das atividades do TEBIG e R\$ 22 milhões e 616 mil, deverá ser aplicado em projetos socioambientais, com destaque para ações de preservação dos botos (que recebeu R\$ 12 milhões)²³.

De acordo com o TAC INEA nº 02/2016, foram destinados para compensação aos pescadores artesanais, através do Programa de Melhorias aos Pescadores e Pescadoras Artesanais da Baía de Sepetiba, R\$ 2.500.000,00 (valor líquido de R\$2.350.000,00, após os descontos de taxas administrativas cobradas pelo gestor do programa), a ser revertido em produtos ou serviços em benefício dos pescadores e

²³ Extraído de: <<http://www.rj.gov.br>>. Acessado em Outubro de 2017.

respectivas associações ou colônias da Baía de Sepetiba. (ver **Anexo 3.4-1 - Projeto Socioambiental do TAC Transpetro**). Vale destacar que para os pescadores filiados às organizações representativas da pesca artesanal acessarem o benefício do Programa, faz-se necessário, primeiramente, ter o projeto aprovado por parte de uma comissão julgadora. Posteriormente, está sob a responsabilidade dos presidentes das referidas organizações apresentarem uma listagem com os pescadores artesanais profissionais regularizados (portadores de RGP ou habilitação junto à Capitania dos Portos); com embarcações regularizadas; e que residam na área da Baía de Sepetiba, assim como no mesmo município de atuação da organização social representativa²⁴.

3.4.7.1.1.4 A disputa em torno da causa da mortandade dos botos-cinza

Em torno da disputa referente à causa da alta mortandade dos botos-cinza da Baía de Sepetiba, o IBC junto ao Ministério Público (MP) de Angra dos Reis, na figura da procuradora Mônica Cheker, imputa a responsabilidade do fato aos pescadores. Em defesa contra esta acusação, onze organizações de pesca se reuniram e criaram, em 2016, o Fórum Permanente em Defesa dos Pescadores da Baía de Sepetiba. Sua formação contou com o apoio do subsecretário municipal de pesca de Itaguaí - Cosme Giovanni Kede, do Ministério Público Federal do Rio de Janeiro (MPF/RJ) e do Núcleo de Pesquisa e Extensão: Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas (NUTEMC/UERJ). O Fórum alega que a acusação se baseia em evidências uma vez que os botos apresentavam marcas de rede pelo corpo. Contudo, não houve nenhuma perícia para constatar tal acusação.

Ademais, o MPF/RJ, em parceria com o Fórum e a NUTEMC/UERJ, entre outras entidades ligadas à gestão ambiental, promoveu a campanha “Pesca Legal na Baía de

Sepetiba”, voltada para a regularização das permissões para a realização da atividade de pesca (licenças e tipos de petrechos).

3.4.7.1.1.5 A emissão da carteira de pescador (RGP) e da licença da embarcação de pesca (POP)

Com a desestruturação do MPA, a Secretaria de Aquicultura e Pesca, responsável pelo cadastro dos pescadores no Registro Geral da Pesca (RGP), passou a integrar o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), e a emissão do RGP ficou sob a responsabilidade da Superintendência de Indústria, Comércio, Serviços e Turismo do Rio de Janeiro (SEDETUR/RJ). A regularização do RGP está pendente, e alguns protocolos provisórios são emitidos pela SEDETUR. Como o IBAMA desconsidera a apresentação do protocolo emitido, boa parte dos pescadores enfrenta problemas com as ações de fiscalização da polícia ambiental.

Já a concessão e atualização de licenças para operar as embarcações, a emissão da Carteira de Pescador Profissional (POP), é responsabilidade da Marinha que, no ano de 2016, concedeu apenas 260 licenças. Em função disso, o MPF/RJ e o MP de Angra dos Reis atuaram em conjunto em campanha de regularização das licenças das embarcações de pesca artesanal da Baía de Sepetiba.

3.4.7.1.1.6 Seguro Defeso

Outro ponto destacado pelas lideranças das organizações de pesca da Baía de Sepetiba foi o seguro defeso do mexilhão. O benefício é concedido aos pescadores nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro, período de reprodução da espécie. Segundo os relatos, anteriormente existia seguro defeso para as espécies de sardinha, camarão, tainha entre outros peixes. Entretanto, esses seguros foram suspensos e apenas o do mexilhão encontra-se vigente.

Para as lideranças esse corte de seguros²⁵ gerou uma fraude nas declarações. Isso porque para receber o defeso das espécies de peixes, os pescadores precisavam preencher um relatório de bordo; enquanto que para o recebimento do mexilhão não há burocracias que comprovem essa atividade. Além disso, a coleta de mexilhões é uma atividade desempenhada, majoritariamente por mulheres e, no entanto, a maior parte dos beneficiados são homens.

3.4.7.1.2 Organizações de Pesca da Baía de Sepetiba

A seguir apresenta-se os relatos das lideranças de pesca entrevistadas, e tem por finalidade: 1. Expor o histórico e a atuação da organização da pesca; 2. Ressaltar os conflitos e dificuldades enfrentadas pelos pescadores locais para o desenvolvimento da atividade pesqueira; e 3. Identificar os projetos de compensação da atividade pesqueira já realizados pelas empresas da região.

3.4.7.1.2.1 Organizações de Pesca do Município do Rio de Janeiro

3.4.7.1.2.1.1 Colônia de Pescadores Z-14

3.4.7.1.2.1.1.1 Histórico e atuação da organização

No ano de 1908 a Marinha do Brasil matriculou, pela primeira, vez os pescadores dos portos de Pedra de Guaratiba, de Barra de Guaratiba, e de Sepetiba em seu cadastro de pescadores. A Colônia somente recebeu a denominação de Z-14 a partir de 1976.

A Colônia de Pescadores Z-14 possui pescadores filiados dos bairros de Barra de Guaratiba, Pedra de Guaratiba, Ilha de Guaratiba, Sepetiba e Santa Cruz, no Rio de Janeiro, e Coroa Grande, em Itaguaí. Vale destacar que no ano de 2010, através do

²⁵ Para maiores informações vide a carta manifesto "PARA CONHECIMENTO DO ASSUNTO A PARTIR DO PONTO DE VISTA DOS PESCADORES ARTESANAIS", que trata da transferência da pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC); bem como das mudanças nos direitos sociais dos pescadores artesanais brasileiros - como o caso do recebimento da garantia seguro defeso.

Ofício nº 005/2009 da Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro (FEPERJ) a Colônia de Pescadores Z-14 de Pedra de Guaratiba fundiu-se à Colônia de Pescadores Z-15 de Sepetiba.

A Colônia de Pescadores Z-14 ficou por muitos anos sob a gestão do presidente Ubirajara dos Passos dias, que veio a falecer no ano de 2017. Em função da morte da liderança, hoje quem preside a Colônia Z-14 é Fábio Pedroso, pescador de Pedra de Guaratiba há 30 anos. A organização possui cerca de 200 filiados.

3.4.7.1.2.1.1.2 Conflitos e principais dificuldades para a atividade pesqueira na Baía de Sepetiba

O entrevistado aponta como principais dificuldades para o desenvolvimento da atividade de pesca nas águas da Baía de Sepetiba a circulação, sem quaisquer ações de fiscalização ambiental, de traineiras de pesca industrial de sardinha, tainha, piraúna e camarão. Segundo o presidente da Colônia Z-14, a malha das redes utilizadas pelos pescadores embarcados em traineiras é muito pequena, de forma que peixes muito jovens e ovos são capturados.

Ressalta que as obras de dragagem ocorrem muitas vezes sem a devida fiscalização, ficando a cargo da empresa despejar os resíduos num “bota-fora” dentro da própria Baía de Sepetiba. *“As dragas retiram os sedimentos da Ilha da Madeira e jogam próximo à Restinga da Marambaia. O local é totalmente inapropriado, e não há qualquer tipo de fiscalização para isso”.*

Além desse fator, o presidente da Colônia Z-14 apontou para o aumento do assoreamento dos rios e canais que deságuam na Baía de Sepetiba. *“Na área do Rio Piraquê o esgoto sem tratamento somado ao material dragado aumenta o assoreamento do rio”.*

Contraditoriamente ao sistema de segurança que as zonas de exclusão da pesca proporcionam aos pescadores na área dos portos, a liderança afirma que as pilastras dos empreendimentos portuários atraem peixes. Ao mesmo tempo em que os pescadores ficam impedidos de pescar num raio de 500 metros do empreendimento e os peixes se concentram nessa área, a alta circulação de embarcações nos canais de

acesso aos terminais portuários, a quantidade de luz dos navios das áreas de fundeio, e a poluição cumulativa das águas da Baía de Sepetiba reduzem a quantidade de cardumes disponíveis para a captura por pescadores.

3.4.7.1.2.1.1.3 Participação em projetos de compensação da atividade pesqueira anteriores

A Colônia Z-14 de Pedra de Guaratiba foi contemplada por investimentos da empresa TKCSA como forma de compensação pelas perdas sofridas por aqueles que desempenham a atividade de pesca. Além disso, participou da primeira fase do projeto de compensação da atividade pesqueira do Porto Sudeste, o Plano de Investimento Social da Atividade de Pesca e Aquicultura (PISP/LLX), com o projeto de fábrica de gelo, tendo sido contemplada. A fábrica produz cerca de 2.000 quilos de gelo diariamente, que é vendido aos pescadores locais. Na segunda fase dos projetos de compensação do Porto Sudeste, a Colônia pretendia ampliar a fábrica de gelo, mas optou por comprar um terreno para a instalação de uma unidade de beneficiamento do pescado, equipado com frigoríficos. O projeto, no entanto, não teve continuidade.

Fábio pretende retomar o projeto de ampliação da fábrica de gelo com a instalação de uma nova câmara frigorífica, assim como almeja escrever um projeto para limpar e desassorear o Rio Piraquê. Além disso, considera importante equipar a sede da Colônia Z-14 com novos equipamentos eletrônicos e com infraestrutura que viabilize a organização a oferecer cursos e aulas de informática.



Figura 3.4-13: Sede da Colônia de Pesca Z-14, em Sepetiba, Rio de Janeiro.

3.4.7.1.2.1.2 Associação de Pescadores e Aquicultores da Pedra de Guaratiba (APAPG)

3.4.7.1.2.1.2.1 Histórico e atuação da organização

Criada em fevereiro de 1992, a Associação de Pescadores e Aquicultores da Pedra de Guaratiba (APAPG) surge para combater a chegada de um empreendimento japonês de aquicultura na Pedra de Guaratiba. Após a suspensão da instalação desse empreendimento, a associação permaneceu desativada. Em 2010 a APAPG foi inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). A regularização foi motivada pela insatisfação na atuação e representatividade da Colônia de Pescadores Z-14 de Pedra de Guaratiba, tendo como conjuntura o período do licenciamento da TKCSA.

Deste período até os dias atuais a APAPG é presidida pelo pescador Isac Alves de Oliveira. A organização possui atualmente cerca de 142 associados. Vale destacar que Isac faz parte da Coordenação Geral do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP)²⁶. Sob o lema “*Somos Pescadores e Pescadoras e lutamos para defender o nosso território*”, o MPP luta pela regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras em campanha nacional.

3.4.7.1.2.1.2.2 Conflitos e principais dificuldades para a atividade pesqueira na Baía de Sepetiba

O primeiro conflito destacado pelo presidente Isac Alves de Oliveira é a falta de diálogo entre a Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) e os pescadores da Baía de Sepetiba em relação à atual obra de dragagem de aprofundamento para manutenção do canal de acesso ao Porto de Itaguaí.

Outro ponto conflituoso é a criminalização dos pescadores por parte do Ministério Público (MP) de Angra dos Reis, na figura da procuradora Mônica Cheker, acusados pela alta taxa de mortalidade dos botos cinza da Baía de Sepetiba. Segundo Isac, os botos encontram-se fragilizados pela quantidade de empreendimentos na Baía, pelo trânsito

²⁶ Para maiores informações, acesse: <<http://mpppeloterritorio.blogspot.com.br/>>.

de embarcações, pela quantidade de luz nas águas, assim como pela redução do cardume de espécies que servem de alimento. Assim, os botos debilitados não conseguem desviar das redes de pesca, e acabam presos.

Através do Fórum Permanente em Defesa dos Pescadores da Baía de Sepetiba Isac aponta o primeiro conflito: a atual dragagem da CDRJ sem a abertura de um novo processo de licenciamento. O Procurador do Estado do Rio de Janeiro emitiu ofício para a instituição CDRJ participar de um debate público junto aos pescadores, na presença do MPRJ e do INEA. De acordo com Isac, o diálogo entre pescadores e a CDRJ aumentou tanto em função do Fórum quanto pela figura do Sr. Alan, representante da instituição nos encontros realizados. Mencionou, ainda, a iniciativa do MPF/RJ, na “Ação Pesca legal”, que garantiu a liberação de licenças de pesca para 289 pescadores de Mangaratiba e Itaguaí.

O presidente da APAPG aponta as áreas de fundeio como causa do desvio dos cardumes. Ao invés dos peixes adentrarem à Baía de Sepetiba para desovar, ao se depararem com diversos navios estacionados, os 8 (oito) navios que atracam na Ilha da Jurubeba (apelidada de Ilha do Bandolim), e os 30 navios que ancoram entre a Ponta do Castelhana na Ilha Grande e a Ponta do Sino na Restinga da Marambaia, espantam os cardumes.

Além disso, os impactos sinérgicos e cumulativos dos empreendimentos instalados na Baía de Sepetiba acarretam mais poluição ao ambiente marinho. Ao somar os projetos portuários, a ausência de saneamento básico nos municípios da Baía de Sepetiba, e o passivo da Ingá na altura do Rio Guarda, que possui materiais como zinco, cádmio, e chumbo sedimentados em solo marinho, a atividade de pesca encontra-se cada vez mais restrita.

Em relação aos conflitos enfrentados no que tange às políticas e a gestão do setor pesqueiro, Isac também destaca a dominação que as Colônias de Pesca exercem sobre os pescadores filiados. Ele ressaltou que as colônias de pescadores foram criadas pelo Estado como aparelho de controle, e que até hoje as organizações permanecem nessa função. Mencionou o controle político e a formação de uma força de trabalho que atendia

aos interesses da Marinha quando essa regularizou a atividade de pesca e criou as “Zonas de Pesca”, ainda no século XIX²⁷.

O Sr. Isac disse ainda que a Confederação Nacional dos Pescadores (CNPA) “complica tudo o que é referente às políticas de pesca”. Ele informou que Abraão Lincoln Ferreira da Cruz foi presidente da CNPA por 25 anos, além de presidente do PRB do Rio Grande do Norte - durante a gestão Crivella, no Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). Cobrava imposto sindical ilegalmente dos filiados, e foi preso pela Polícia Federal em 2015. Desde 2013 não há emissão de carteira de pescador artesanal²⁸ em função dessa articulação do PRB no nordeste brasileiro, que transformou a verba anual do defeso de 10 para 50 milhões de reais. “*Choveu carteira falsa*”, diz o entrevistado. E ainda informou que, desde a saída do Crivella do MPA, outros cinco ministros assumiram e que um deles suspendeu a emissão de Registro Geral da Pesca - RGP.

3.4.7.1.2.1.2.3 Participação em projetos de compensação da atividade pesqueira anteriores

A APAPG não participou dos projetos de compensação da atividade pesqueira da empresa TKCSA, tampouco da primeira fase de compensações do Porto Sudeste. Na época, a APAPG não apoiava a política de investimento das empresas em projetos ligados à cadeia produtiva como forma de compensar os impactos negativos dos empreendimentos. Reivindicavam indenização individual aos pescadores associados ao invés de projetos voltados às organizações representativas da categoria de pesca da Baía de Sepetiba. Entretanto, na segunda fase do Plano de Investimento Social da Pesca e Aquicultura do Porto Sudeste (PISP/MMX) a APAPG participou do edital, enviou projeto de construção de sede permanente, e foi contemplada. Todavia a infraestrutura

²⁷ Para maiores informações sobre regulamentação da atividade de pesca e institucionalização das colônias, acesse: Silva, Cátia Antônia. “*História Social da Pesca e da Modernização Espacial do Rio de Janeiro: árdua tarefa de tarefa de priorizar eventos*”. 19/02/2015 <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/viewFile/18131/13363>>. Ramalho, Cristiano Wellington Norberto. “*Estado, pescadores e desenvolvimento nacional: da reserva naval à aquícola*”. Revista Ruris | Volume 8, Número 1 | Março 2014 <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/viewFile/1740/1156>>.

²⁸ A menção às carteiras de pesca significa a devida inscrição do pescador profissional no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP).

necessária para viabilizar a organização a oferecer cursos de capacitação aos filiados não ocorreu. A sede da APAPG, adquirida em 2014 através do PISP/MMX está situada na localidade Ponta Grossa - em Pedra de Guaratiba, próxima à entrada da Área de Preservação Ambiental da Brisa (APA da Brisa).



Figura 3.4-14: Entrevista com o Sr. Isac Alves de Oliveira, presidente da APAPG.

3.4.7.1.2.1.3 Associação de Pescadores de Sepetiba (APAS)

3.4.7.1.2.1.3.1 Histórico e atuação da organização

A APAS foi fundada em 2005 como alternativa à representação dos pescadores de Sepetiba filiados à Colônia de pescadores Z-15 (Sepetiba), extinta em 2010. Parte dos pescadores se associou à Colônia de pescadores Z-14, e outra à APAS. Desde sua fundação a organização foi dirigida por Paulo Eduardo Dias Sampaio, que veio a falecer no ano de 2015. Desde então, a Apas foi presidida por Wagner Lopes e, atualmente por Alcir da Cunha Lage. Vale destacar que a sede da Apas, situada à Rua da Madeira 169, encontra-se fechada desde o falecimento de Paulo. De acordo com o relato dos pescadores entrevistados na Praia de Sepetiba e na Praia do Cardo, a sede está constantemente de portas fechadas e a última vez que recordam o funcionamento da entidade foi na posse de Wagner. A maioria dos pescadores desconhece o fato de o senhor Alcir ser o atual presidente da organização.



Figura 3.4-15: Sede da APAS, em Sepetiba.

A descrição sobre a APAS foi baseada em breve conversa realizada por ligação telefônica com o Sr. Alcir²⁹ e subsidiada nos relatos de pescadores entrevistados nas Praias de Sepetiba e do Cardo

3.4.7.1.2.1.3.2 Conflitos e principais dificuldades para a atividade pesqueira na baía de Sepetiba.

Alcir expõe que o principal desafio no momento é regularizar a situação da entidade. Relata que há um inquérito instaurado na polícia federal referente aos projetos de medidas de compensação anteriores, e que os integrantes da diretoria da gestão de Paulo serão chamados a responder. Alega que a Apas está completamente irregular, e que seu objetivo é resolver as pendências legais e jurídicas.

Destaca que o foco da entidade será exigir que as empresas alocadas na Baía de Sepetiba mantenham a qualidade da vida marinha, e que na atual gestão tem um biólogo assessorando a organização. *"Nenhuma cidade na Europa aceitou a instalação da CSA porque é altamente degradante. Sérgio Cabral e Charlinho (prefeito de Itaguaí na fase de implantação da CSA) foram coniventes com os crimes ambientais e aceitaram a empresa por dinheiro. Durante o dia os filtros das chaminés da siderúrgica estão ligados, mas durante a madrugada os funcionários desligam. A lavagem dos altos fornos deixa*

²⁹ A equipe da Concremat Ambiental tentou entrevistar o atual presidente da organização tanto em sua residência quanto via e-mail, mas não obteve retorno.

resíduos na água. Resultado: a enorme quantidade de peixe que meu pai pescava antigamente está minguando. Isso aqui é um berçário da vida marinha que as empresas estão destruindo". Alcir é formado em administração e está concluindo sua graduação em engenharia de produção, com ênfase em meio ambiente.

Os pescadores destacam que a Apas não está ativa desde a morte de Paulo. Há cerca de sete anos Paulo convocou pescadores a participarem de uma reunião no late Clube de Sepetiba para explicar sobre as medidas de compensação que as empresas têm de garantir aos pescadores. Foram mais de 50 pescadores à reunião, e todos se filiaram a Apas. Sabem que a organização foi contemplada com projetos, mas não se declararam beneficiados. Afirmam que dentre os 200 pescadores e marisqueiros das praias de Sepetiba, Recôncavo e do Cardo, apenas 30 possuem RGP. A Apas não conseguiu legalizar a maior parte dos pescadores filiados.

De acordo com os pescadores, o que mais prejudica a atividade de pesca na Baía de Sepetiba são as traineiras industriais, que têm capacidade para pescar até 300 toneladas de corvina de uma só vez. De acordo com o relato, apenas os pescadores artesanais são autorizados a pescar corvina, mas ainda assim as embarcações industriais capturam a espécie ilegalmente sem nenhum tipo de fiscalização dos órgãos ambientais competentes.



Figura 3.4-16: Entrevista com pescadores na praia de Sepetiba.

Além disso, a opinião dos pescadores se divide, pois, uma parte afirma que as empresas permanecem despejando resíduos das obras de dragagem num bota fora dentro da Baía de Sepetiba, próximo ao Saco da Pombeba, na Marambaia, na altura do rio Vermelho. Estes asseguram que o despejo dos resíduos ocorre desde a década de 1970 até os

dias atuais. Enquanto outros garantem que há anos o bota fora não é mais dentro da baía, e sim em mar aberto. Para alguns pescadores a dragagem causa o aumento da lama da Praia de Sepetiba, que cresce anualmente. *"Quando bate um sudoeste a Praia de Sepetiba fica lama pura, porque traz toda a sujeira do bota fora do Saco da Pombeba"*. Enquanto para outros, após as obras de dragagem de aprofundamento a quantidade de peixe aumenta, já que a baía fica mais profunda. *"As áreas de pescaria vão acabar porque as áreas de exclusão só aumentam. Não tem a ver com a dragagem, mas com o fato dos pescadores estarem encurralados e sem ter onde pescar."*

3.4.7.1.2.1.3.3 Participação em projetos de compensação da atividade pesqueira anteriores

A Apas foi contemplada com a aquisição da sede a partir dos recursos das medidas compensatórias da TKCSA (primeiro projeto desenvolvido pela entidade). Na primeira fase das compensações do Porto Sudeste (LLX), a Apas recebeu a reforma da câmara frigorífica; comprou veículo para apoiar a comercialização do pescado e reformou uma embarcação de apoio à atividade da maricultura. Já na segunda fase (MMX), a organização foi contemplada com fazenda marinha de algas. Segundo os pescadores entrevistados, nenhum desses projetos contemplados foi de fato benéfico ao conjunto de pescadores de Sepetiba. O projeto que realmente atenderia a todos seria a implantação de um cais no canto esquerdo da Praia de Sepetiba, entre a praia e a Ilha do Tatu, com cerca de 100 metros de extensão, local onde cerca de 30 embarcações ficam atracadas diariamente. *"Quando a maré baixa, a gente ficar umas duas horas aguardando para encher de volta. Isso faz a gente perder o peixe em dia de sol, porque o gelo derrete e a gente fica sem ter como atracar e descarregar a carga"*. Existe um cais semelhante a esse desejado pelos pescadores, mas ele se localiza no canto direito da praia, próximo à área de mangue da BASF, local onde o calado não comporta as embarcações, e que nunca foi ponto de desembarque dos pescados. *"Nunca entendi porque as autoridades fizeram um píer lá do outro lado da praia, por cima da faixa de areia. Esse píer não serve para a pesca, porque é aqui no canto esquerdo que fica cheio d'água, e não lá. Votamos no William Coelho (PMDB), e ele está negociando com a*

prefeitura para remover aquele cais de lá do outro lado da praia para cá. Vamos ver como vai ficar."

3.4.7.1.2.1.4 Associação de Pesca Artesanal no Rio São Francisco (APASF)

3.4.7.1.2.1.4.1 Histórico e atuação da organização

A APASF foi criada no ano de 2009 por meio da assessoria dos integrantes da União das Entidades de Pesca e Aquicultura do Estado do Rio de Janeiro (Uepa/RJ), na figura do Chico Pescador, durante o processo de negociação das medidas compensatórias da CSA. Incentivados pelo setor de pesca a negociar com a empresa e garantir recursos de compensações, os pescadores da margem esquerda do canal do São Francisco fundaram a APASF, contando ainda com o apoio do falecido Paulo Eduardo Dias (ex-presidente da Apasf). Assim como outras organizações de pesca da Baía de Sepetiba, a Apasf não recebeu investimentos da CSA. Nesse caso, a justificativa era que a organização não tinha dois anos de existência comprovados. A Apasf é composta por um núcleo familiar e outros membros próximos a essa família. De acordo com a entrevista realizada com os senhores José Eraldo (presidente), seu irmão José Ilton (vice-presidente) e o patriarca da família, conhecido como "Filho de Deus", a experiência com associativismo é péssima. Os familiares não desejam representar os pescadores do Rio São Francisco em futuros processo de negociação de medidas compensatórias. A Apasf possui 14 pescadores associados.



Figura 3.4-17: Entrevista com o Sr. José Eraldo, presidente da APASF.

3.4.7.1.2.1.4.2 Conflitos e principais dificuldades para a atividade pesqueira na baía de Sepetiba

O principal conflito destacado pelos irmãos está relacionado ao fracasso do associativismo de pescadores do canal do São Francisco. Ao que tudo indica, a Apasf foi criada pelo incentivo da UEPA para fortalecer a pressão do setor da pesca sobre a empresa CSA, entretanto seu surgimento não se deu de forma espontânea entre os pescadores que moram na margem do São Francisco. Assim que a CSA anunciou que não indenizaria a Apasf, a UEPA deixa de dar assessoria à organização e os familiares se veem no comando de uma entidade que burocraticamente representa a pesca, mas politicamente não. Nesse sentido, José Eraldo relata que *"juntar pescadores para escrever projeto para as empresas não dá em nada. Ficamos mal falados em relação aos projetos que escrevemos e ainda fomos taxados de ladrões. Não quero mais juntar pescador, porque o povo daqui é desunido. Somos 14 membros na associação, todos familiares e pessoas próximas a nós. Gente de fora não entra mais. Não posso arcar com os custos de deslocamento para as reuniões em Itacuruçá e Itaguaí, e no final das contas ainda ouvir coisas erradas a respeito da nossa família. Esse negócio de associação é oportunismo e não dá em nada."*

De acordo com o patriarca Filho de Deus, no canal do São Francisco há cerca de 30 pescadores, fora os 14 membros da Apasf. Contudo, não há relação de diálogo entre a família e os demais pescadores locais. O patriarca mencionou, ainda, o crescente número de embarcações de pesca esportiva. Os turistas embarcam num píer localizado na margem direita do canal, por debaixo do viaduto da Rodovia Federal BR-101. De acordo com relato, boa parte dos moradores da margem oposta do canal é de policiais militares.

Além da frustração com o processo de associativismo, o patriarca Filho de Deus menciona a construção da barragem no canal do São Francisco no ano de 2015 como objeto de conflito socioambiental, pois a obra além de inviabilizar a pesca artesanal causa alagamentos nas casas situadas à margem do rio. O São Francisco é um canal do Rio Guandu com extensão de cinco quilômetros, que perpassa o distrito industrial de Santa Cruz. Sua foz está localizada no terreno da empresa siderúrgica Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), agora Ternium.



Figura 3.4-18: Área industrial da empresa siderúrgica Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), atualmente Ternium.

Além da CSA, Gerdau e Furnas utilizam a água do São Francisco nos processos produtivos, cujos usos são objeto de conflito entre pescadores e indústrias na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Houve manifestação dos pescadores contra a construção da barragem, com apoio do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul³⁰. Como a velocidade da correnteza aumenta na maré baixa e impede que barcos menores passem pela barragem, a Associação das Empresas do Distrito Industrial de Santa Cruz e Adjacências (Aedim) disponibilizou um guincho por 24 horas para atravessar as embarcações. Filho de Deus relata que a correnteza é bastante forte porque o canal enche mais após a construção da barragem. O resultado é o alagamento das casas da margem do canal e embarcações que afundaram.

³⁰ Para maiores informações, vide: <<http://vozerio.org.br/Com-barragem-canal-nao-esta-para>>. Acessado em novembro de 2017.



Figura 3.4-19: Canal do São Francisco, Santa Cruz, Rio de Janeiro.

Além disso, Filho de Deus menciona que não há mais como famílias viverem de forma decente somente com a renda proveniente da pesca. De acordo com o reporte, a redução do pescado na baía de Sepetiba é tamanha que muitas viagens são "perdidas", pois não pagam as despesas de combustível, óleo e gelo. Relaciona a diminuição da oferta de pescados à pesca industrial predatória, à claridade dos muitos navios fundeados na baía, e às obras de dragagens, pois "*quanto mais dragagem na baía, mais lama se forma*". Além disso, destaca a quantidade de minério de ferro que fica sobre a água da baía nas proximidades da Ilha da Madeira. "*A água da hélice fica vermelha por causa do pó de minério. A água só vai clarear quando chega próximo à pescaria velha, na Ilha da Marambaia.*". Para os membros da Apasf os órgãos ambientais são vergonhosos e coniventes com todo o tipo de crime praticado na Baía de Sepetiba. "*O INEA libera tudo por conta de dinheiro. O IBAMA come ração das empresas e as prefeituras comem junto. Então, tanto faz comunicar o pescador sobre as obras, porque de toda forma o licenciamento irá sair.*"

3.4.7.1.2.1.4.3 Participação em projetos de compensação da atividade pesqueira anteriores

A Apasf foi contemplada pelos projetos de compensação da LLX e da MMX, no âmbito do programa ambiental do Porto Sudeste. A primeira fase foi composta pela construção da sede da associação e da fabriqueta de gelo. Na segunda, a Apasf adquiriu embarcação "corvineira", um barco de 11 metros e meio de comprimento, 4 metros de boca (maior largura do casco), com motor de 6 cilindros (modelo MWM/D229), caixa (ZF

WD-40 3/1), guincho e rádio (VHF). A embarcação comprada é usada e o senhor Filho de Deus, carpinteiro naval há cerca de 50 anos, está trabalhando em seu estaleiro particular nas reformas e manutenção do barco adquirido.

3.4.7.1.2.2 Organizações de Pesca do Município de Itaguaí

3.4.7.1.2.2.1 Associação dos Pescadores de Itaguaí (APEITA)

3.4.7.1.2.2.1.1 Histórico e atuação da organização

A Associação dos Pescadores de Itaguaí (APEITA) foi criada em setembro de 2009 com apoio do então secretário de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca de Itaguaí, Jailson Barbosa Coelho. Na data de criação da organização, os pescadores eram vinculados à AMACOR e à AMCOVERI, situadas em Coroa Grande, e também à APLIM, na Ilha da Madeira. Entretanto, esses pescadores não se sentiam beneficiados pelas ações dessas organizações. A APEITA desde sua fundação, é presidida por Vitor Lopes Andreas, e possui cerca de 50 associados.

3.4.7.1.2.2.1.2 Conflitos e principais dificuldades para a atividade pesqueira na Baía de Sepetiba

Vitor Lopes Andreas destaca, em primeiro lugar, os problemas que as obras de dragagem causam à atividade de pesca artesanal nas localidades entre o Rio da Guarda e o Canal da Ponte Preta. De acordo com o presidente da APEITA, a maré traz para “a beira” (encontro do canal e dos rios com a água salgada) lama de sedimentos que aumenta ainda mais o assoreamento dessas localidades, já impactadas pelo despejo indevido de esgoto sanitário e por percolados oriundos do lixão de Itaguaí. Assim como Isac (da APAPG), Vitor mencionou, o atual cenário de disputa entre os pescadores e as obras de dragagem da CDRJ. O apoio político das prefeituras, como o que a organização recebeu no ano de 2009 através da Secretaria de Meio Ambiente, reduziu consideravelmente, e isso ocasionou o enfraquecimento das associações de pesca do município. Entretanto, o retorno de Jailson Barboza Coelho à Secretaria de Pesca no segundo semestre de 2017 já está surtindo efeitos positivos para o setor pesqueiro, uma

vez que o Conselho Municipal de Meio Ambiente foi reativado, e as organizações de pesca voltaram a ter assistência técnica desta instituição. Inclusive, o debate acerca da dragagem da CDRJ está ocorrendo no âmbito deste conselho municipal, e que o representante da Cia - Alan - é uma pessoa que tem interesse e disponibilidade para o diálogo com os pescadores.

Como a sede da APEITA é também uma peixaria, atualmente Vitor tem se dedicado mais à venda do pescado do que às idas exclusivas às áreas de pesca no mar. Enfatiza, ainda, a dificuldade que os pescadores enfrentam pela baixa oferta de peixes na Baía de Sepetiba, e que assim como a peixaria da APEITA, muitas outras estão comprando peixes no Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro (CEASA/RJ) para revenda. Para exemplificar a situação, Vitor menciona o caso de um filiado da APEITA, morador da Vila Geny, contemplado pela segunda fase do PISP/MMX com petrechos de pesca, que não conseguiu coletar 13 kg de pescado numa saída ao mar. Esta pescaria foi insuficiente para pagar as despesas do barco (gelo e gasolina) e, para agravar a situação, o motor da embarcação quebrou. Em função das dívidas adquiridas, hoje esse pescador pesca siri de caíco.

A Baía da Ilha Grande, reconhecida como “paraíso das sardinhas”, está com pouca oferta de recursos pesqueiros. Em sua opinião, a causa da baixa quantidade de peixes está relacionada aos dois vazamentos de óleo da Transpetro em 2015. De acordo com Vitor, os pescadores da Restinga da Marambaia foram diretamente afetados pela mancha de óleo que se espalhou rapidamente sobre as redes esticadas no mar. Vitor relatou que, a princípio, as compensações pelos vazamentos seriam 24 salários individuais, dos quais alguns pescadores receberam entre duas e oito parcelas. Entretanto, os pagamentos foram suspensos e no ato da assinatura do TAC entre o INEA e o TEBIG, ficou acordado que antes de qualquer tipo de compensação, as associações e colônias de pesca da Baía de Sepetiba e da Ilha Grande deveriam apresentar uma listagem, com critérios pré-definidos, dos associados que receberão as compensações.

Ainda relacionado às dificuldades para o desenvolvimento da atividade pesqueira na Baía de Sepetiba, o presidente da APEITA aponta a circulação de navios e rebocadores nas áreas de pesca como fator problemático, pois as embarcações passam por cima das redes de pesca abertas no mar. As embarcações foram citadas também como

responsáveis pela introdução de espécies exóticas de crustáceos na baía, que competem com as espécies locais, desequilibrando o sistema ecológico.

Vitor destaca o crescimento das áreas de exclusão à pesca, medida de proteção às atividades portuárias, que restringe a navegação das embarcações pesqueiras em muitos locais em que outrora praticava-se a pesca.

Além do exposto, o representante comenta que frequentemente há minério de ferro boiando nas águas próximas aos empreendimentos da Ilha da Madeira - provenientes tanto do Porto Sudeste quanto da empresa Sepetiba TECAR. Somado a esses fatores, Vitor destacou a falta de fiscalização sobre as traineiras de pesca industrial, mas deu ênfase ao fato de o MPF/RJ atualmente pressionar os órgãos ambientais para essa demanda.

E conclui o relato ao apontar o crime ambiental que ocorre frequentemente na localidade: os caminhões de lixo do aterro sanitário de Itaguaí, situado na localidade Chaperó, sob a gestão da empresa Ciclus, que despeja o chorume no canal da Ponte Preta, no Rio da Guarda e no Canal Trapiche sem nenhum tipo de fiscalização. Os caminhões acessam os locais através do Arco Metropolitano e até o presente momento não houve qualquer tipo de responsabilização pelo crime ambiental.

3.4.7.1.2.2.1.3 Participação em projetos de compensação da atividade pesqueira anteriores

Na fase de criação da organização, no ano de 2009, o secretário de Meio Ambiente Jailson Barbosa viabilizou a compra e posterior doação do terreno onde a sede da APEITA se localiza, através da Prefeitura de Itaguaí. Além disso, viabilizou a doação dos equipamentos para o mercado do peixe da associação através do Ministério da Pesca. A associação fora contemplada pela segunda fase de investimentos do Porto Sudeste (PISP/MMX) com apetrechos de pesca, materiais para a confecção (manufatura) de 12 embarcações artesanais, e a reforma da sede da associação.



Figura 3.4-20: Entrevista com o Vitor Lopes Andreas, presidente da APEITA.



Figura 3.4-21: Mercado do Peixe Valdevino Emanuel Lopes, sede da Apeita, em Itaguaí.

3.4.7.1.2.2.2 Associação de Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira (APLIM)

3.4.7.1.2.2.2.1 Histórico e atuação da Organização

A Associação de Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira (APLIM) foi fundada na década de 40 e registrada em 1959. Sua criação tinha por objetivo representar os pescadores e os lavradores (produtores de banana) da Ilha da Madeira.

Nos últimos 20 anos, a presidência da associação foi alternada entre Maria do Carmo Eller Lima (Carminha) e Sérgio Hiroshi. Atualmente, Sérgio Hiroshi assumiu a presidência da APLIM. O Conselho Comunitário da Ilha da Madeira costuma utilizar a sede da associação para suas reuniões periódicas, assim como outras organizações de pesca da região que, eventualmente, precisam se reunir. A organização possui atualmente cerca de 80 associados.

3.4.7.1.2.2.2.2 Conflitos e principais dificuldades para a atividade pesqueira na Baía de Sepetiba

Sérgio Hiroshi apontou, primeiramente, as áreas de fundeio existentes na Baía de Sepetiba. De acordo com a liderança, nos anos de prosperidade da atividade portuária (entre 2013 e 2015) ficavam mais de 30 navios atracados dentro da Baía. Agora que o país atravessa uma crise econômica ficam de 3 (três) a 5 (cinco) navios ancorados nas áreas de fundeio. Ele não concorda com a localização dessas áreas dentro da baía,

porque a quantidade de luz, o barulho da âncora ao atracar a embarcação, assim como o trânsito dos navios é prejudicial tanto para o fluxo de cardumes quanto para a prática da pesca artesanal. Sérgio apontou, ainda, que nas áreas de fundeio ocorre o despejo de água de lastro e limpeza de casco de navios, introduzindo espécies exóticas na região.

Em segundo lugar, o presidente da APLIM destacou o papel que as obras de dragagem exercem sobre a dispersão de metais pesados sedimentados nos canais de acesso ao Porto de Itaguaí e ao Porto Sudeste. Enfatizou a atual disputa entre a CDRJ e os pescadores *“dragagem na Baía de Sepetiba é sempre um problema”*.

De acordo com Sérgio, na área onde a antiga Companhia Ingá Mercantil deixou um passivo ambiental considerável (uma lagoa de metais contaminados com cerca de 260 mil m²) e que, posteriormente, foi aterrada pela empresa sucessora - Usiminas, na localidade Vila do Engenho; a responsabilização pelo crime ficou somente sobre a Ingá. Entretanto, em sua opinião, apesar de a maior parte ser subproduto da produção da antiga Ingá, as demais empresas do Distrito Industrial não foram também responsabilizadas. Para o presidente da APLIM, a Casa da Moeda, a Suvinil, entre outras empresas também contribuíram (e permanecem contribuindo) para a contaminação das águas da Baía de Sepetiba, já que os impactos são cumulativos e sinérgicos. Como todos os resíduos sólidos contaminantes estão sedimentados e no fundo marinho, qualquer tipo de dragagem que ocorra na Baía é um grande problema. *“Em março, a lula encosta para desovar. Esse ano não teve lula na costa inteira, um evento bem diferente. O olhete, a anchova e o olho de boi, que se alimentam de lula, não entraram aqui para se alimentar. Acredito que tudo isso tenha a ver com as dragagens e os metais pesados que subiram do fundo do mar”*.

Associou também os efeitos da contaminação da baía na reprodução de camarões, base alimentar de muitos peixes. Citou que em 2016, os camarões sumiram de toda a costa litorânea, da Restinga da Marambaia ao interior da baía, evento incomum na região. Segundo ele *“algum químico da Cosigua ou dos Portos está matando o camarão”*, impedindo que avancem para dentro da baía. Mencionou um caso em que os camarões pularam para fora d'água e siris saíram do mar por causa da falta de oxigênio na água.

Há cerca de cinco anos tornou-se recorrente o registro de casos de mortandade de peixes por poluição.

Outro problema indicado por Sérgio diz respeito ao período em as obras portuárias são realizadas. As obras de dragagens e ações de limpezas de canal, que ocorrem também em épocas de defeso, o que prejudica a reprodução das espécies. No que diz respeito à gestão da atividade pesqueira, Sérgio destacou que desde 2013 os pescadores não estão mais acessando o RGP e, desde esse ano, apenas um protocolo fora emitido.

3.4.7.1.2.2.2.3 Participação em projetos de compensação da atividade pesqueira anteriores

A APLIM apresentou projeto de construção de cais na Ilha da Madeira para compensação da TKCSA, mas o prefeito de Itaguaí na época, Carlo Busatto Junior – Charlinho, desautorizou a obra. Por esse motivo, a organização não fora contemplada pela empresa TKCSA. A gestão de Sérgio Hiroshi foi marcada pelo apoio da LLX ainda na primeira fase de compensação do Porto Sudeste (PISP/LLX), com o projeto de construção da atual sede, dotada de salas equipadas com computadores e televisores para realização de cursos, cozinha industrial e espaço para eventos; além da construção de quitinetes no terreno da associação para a locação por veranistas. Esses pequenos imóveis incrementam a renda mensal da associação e custeiam as despesas da organização, sem que essa dependa exclusivamente da mensalidade dos associados. Na segunda fase de investimentos do mesmo empreendimento, agora pela empresa MMX, a APLIM foi contemplada com projeto de reestruturação da cozinha industrial para o beneficiamento do pescado.



Figura 3.4-22: Entrevista com o Sr. Sérgio Hiroshi, presidente da APLIM.



Figura 3.4-23: Sede da Aplim, na Ilha da Madeira, em Itaguaí.

3.4.7.1.2.2.3 Associação de Maricultores da Costa Verde de Itaguaí (AMCOVERI)

3.4.7.1.2.2.3.1 Histórico e atuação da Organização

A AMCOVERI foi fundada em de 2004 e inscrita no CNPJ no ano de 2005. Composta por marisqueiros locais, tem como objetivo incentivar a implantação de alternativas tecnológicas à atividade extrativista de pesca, através da maricultura. A associação é formada por pequenos núcleos familiares que trabalham no cultivo de algas e mexilhões, na fazenda marinha já licenciada pela entidade, na Praia da Quatiquara - Ilha de Itacuruçá. A AMCOVERI possui atualmente cerca de 10 associados.

3.4.7.1.2.2.3.2 Conflitos e principais dificuldades para a atividade pesqueira na Baía de Sepetiba

Assim como Isac, Victor e Sergio Hiroshi, o presidente da AMCOVERI, Naipe, destaca o conflito entre pescadores e a obra de dragagem de aprofundamento e manutenção do canal de acesso ao Porto de Itaguaí pela CDRJ. Naipe comentou a importância do conselho municipal de meio ambiente de Itaguaí na interlocução entre essa instituição e as entidades de pesca do município. Acrescenta a informação que a dragagem é para a CDRJ, mas quem irá realizar a contratação da draga é a empresa Vale. Tanto que a Vale está presente nas reuniões do conselho, assim como a EMATER, a Base submarina (ICN), a Marinha, e as organizações de pesca APLIM, AMCOVERI, APEITA, AMACOR e CPI. O debate sobre essa dragagem que objetiva utilizar o saldo de licenciamento

anterior e não dar entrada em um novo processo é tão relevante que o assunto também está no âmbito do Fórum Permanente em Defesa dos Pescadores da Baía de Sepetiba. De acordo com Naipe, o Fórum desempenha um papel fundamental na defesa pelos direitos dos trabalhadores da pesca. Naipe comenta sobre a Área de Proteção Ambiental Marinha Boto Cinza (APA Marinha Boto Cinza), unidade de conservação que gera controvérsia. Para explicar o ponto de divergência sobre a APA, Naipe retoma o vazamento da Transpetro em 2015, e o que ficou acordado no TAC assinado entre a empresa e o órgão INEA: A compensação de R\$36 milhões, dos quais R\$12 milhões foram direcionados para o Instituto Boto Cinza.

Naipe reclama do fato da compensação da atividade pesqueira não ter se estendido às ilhas da Baía de Sepetiba. *“As crianças das ilhas não têm transporte escolar garantido, e isso é errado! Os moradores das ilhas não receberam apetrechos de pesca, porque a compensação focou em quem mora no continente”*.

Dentre as principais dificuldades enfrentadas para o exercício da pesca artesanal na Baía de Sepetiba Naipe destaca os metais pesados sedimentados no assoalho marinho e que as obras de dragagem revolvem os resíduos sólidos, as áreas de fundeio e de exclusão da pesca, assim como a pesca industrial de traineira que não sofre qualquer tipo de fiscalização e causa o desequilíbrio na cadeia alimentar das espécies de peixes. Naipe menciona, ainda, que a lavagem que o Porto Sudeste faz em seus equipamentos portuários libera uma quantidade considerável de minério de ferro sobre a água da Ilha da Madeira.

3.4.7.1.2.2.3.3 Participação em projetos de compensação da atividade pesqueira anteriores

A AMCOVERI participou da primeira da primeira fase do PISP/LLX e a organização foi contemplada com a fazenda marinha da Praia da Quatiquara (na Ilha de Itacuruçá), e com a compra de um carro Fiat Fiorino. Como o presidente da organização comprou o automóvel em seu nome, e não no nome da associação, a prestação de contas ficou comprometida e a AMCOVERI impedida de participar da segunda fase de compensações, do PISP/MMX, que tinha como projeto a construção e licenciamento de uma balsa escola, onde os pescadores aprenderiam técnicas de maricultura.

De acordo com o relato de Naipe, maricultura é o futuro da Baía de Sepetiba, assim como da sobrevivência do setor de pesca brasileiro. O investimento é alto, uma vez que é preciso licenciar a atividade, capacitar os pescadores a cultivarem em fazendas ao invés de realizar a coleta extrativista, comprar cabos, lanternas e manter a constante manutenção dos equipamentos. Naipe exemplifica a Fazenda Marinha da família do falecido médico cirurgião plástico Ivo Pitanguy, em Angra dos Reis, e sua alta produtividade. Ciente de que a migração da pesca artesanal baseada no extrativismo para a criação de espécies em fazenda marinha é uma mudança não apenas na técnica, mas também nas práticas culturais dos sujeitos, Naipe menciona que muitos pescadores artesanais de Santa Catarina também possuem fazenda marinha. Em sua opinião, uma prática não anulará a outra, mas garantirá o sustento das famílias que sobrevivem da pesca.

3.4.7.1.2.2.4 Colônia de Pescadores de Itaguaí (CPI)

3.4.7.1.2.2.4.1 Histórico e atuação da organização

A Colônia de Itaguaí (CPI) foi fundada em 2008. Apesar da designação "colônia", a organização não integra o quadro sindical das federações estaduais e da confederação nacional de pescadores artesanais (CNPA), pois é uma associação de pesca. Com o desmonte da Associação Livre de Maricultores de Coroa Grande (AMACOR), parte dos associados desta organização agora está filiada à CPI. Os associados da CPI exercem a atividade de pesca e extração de marisco das espécies vôngole, mexilhão e sururu. A organização representa 32 pescadores e marisqueiros das localidades Coroa Grande, Vila Geny e Vilar dos Coqueiros. O atual presidente da CPI é o ex-presidente da AMACOR, o senhor Oswaldo Soares do Nascimento Filho, comumente chamado de Garrafinha.

3.4.7.1.2.2.4.2 Conflitos e principais dificuldades para a atividade pesqueira na Baía de Sepetiba

A dificuldade apontada por Garrafinha para o exercício da pesca e da mariscagem na Baía de Sepetiba está relacionada à gestão e às políticas públicas do setor de pesca.

Primeiramente, menciona as operações de fiscalização dos órgãos competente, como Ibama, Inea, como desproporcionais e injustas. *"As zonas de exclusão estão diminuindo espantosamente as áreas de trabalho do pescador. O Ibama prende os caícos de madeira, com motor pequeno, porque o pescador está próximo às áreas dos portos. A fiscalização repreende o pescador artesanal, mas a pesca industrial de traineiras corre solta."*

Posteriormente, complementa o argumento ao afirmar que há anos a Marinha realizou uma ação de legalização dos documentos das embarcações, mas atualmente o órgão não se preocupa em fortalecer a atividade de pesca artesanal, e cobra um valor em torno de R\$ 1500,00 para a emissão de documentos. Somado a isso, a Seap/RJ está paralisada em relação às atualizações do RGP e da garantia do seguro defeso, e uma parcela considerável de pescadores da Baía de Sepetiba encontra-se na ilegalidade no exercício da profissão.

3.4.7.1.2.2.4.3 Participação em projetos de compensação da atividade pesqueira anteriores

A CPI participou da segunda fase dos projetos de compensação do Porto Sudeste (MMX), e foi contemplada com duas embarcações, sendo uma de 10 metros e meio de comprimento e motor de 4 cilindros (MW 229), e a outra uma embarcação de apoio com 6 metros e motor de 1 cilindro. Garrafinha acredita que o melhor projeto a ser considerado como compensação para a atividade pesqueira envolve a legalização das embarcações dos associados à CPI junto à Marinha, assim como a situação da carteira profissional de pescador na Seap/RJ.

3.4.7.1.2.3 Organizações de Pesca do município de Mangaratiba

3.4.7.1.2.3.1 Colônia de Pescadores Z-16

3.4.7.1.2.3.1.1 Histórico e atuação da organização

A Colônia de Pescadores Z-16 foi fundada em 1926 para defender os direitos de pescadores residentes nos municípios de Itaguaí e Mangaratiba, no território entre o Rio

da Guarda e Conceição de Jacareí - limites jurisdicionais da organização. De acordo com o presidente da Colônia Z-16, o senhor Expedito de Melo, a organização tem 800 filiados dentre os quais apenas 30 pagam a mensalidade sindical.

3.4.7.1.2.3.1.2 Conflitos e principais dificuldades para a atividade pesqueira na Baía de Sepetiba

De acordo com Expedito Melo, conhecido como Cabo, de 2015 até o presente momento o trabalho político dentro das associações de pesca foi intensificado. Cabo aponta Wlad da Pesca (PT) e Helder Rangel (PSDB) como vereadores "padrinhos" de associações de pesca e de moradores de Mangaratiba, e que ambos beneficiam individualmente os sujeitos a fim de garantir votos para se elegerem. Em função disso, Cabo afirma que a Colônia de Pescadores Z-16 se encontra politicamente enfraquecida.

Ademais, Cabo pontua a falta de fiscalização sobre a pesca predatória como uma das principais causas da diminuição do pescado na Baía de Sepetiba. De acordo com o reporte, além da pesca de arrasto com rede balão ser criminosa, acarreta ainda a destruição das redes de pesca artesanais, pois as redes de espera lançadas ao mar num dia são retiradas somente no dia seguinte. Atualmente a pesca na baía ocorre, sobretudo, com rede de caceio, porque o pescador aguarda por três a quatro horas e a retira do mar, sem correr riscos de perda do petrecho. Acrescenta que os navios dos terminais portuários também passam por cima das redes, do mesmo modo que as lanchas dos veranistas.

Cabo pontua o aumento das áreas de fundeio nos últimos anos, sem a anuência e prévia comunicação aos pescadores como um processo autoritário e equivocado. *"Já contei 12 navios fundeados ao mesmo tempo dentro da baía. Antes ficavam no máximo quatro, nas proximidades da Ilha do Bandolim. Agora estão em diversos pontos da baía"*.

3.4.7.1.2.3.1.3 Participação em projetos de compensação da atividade pesqueira anteriores

Na primeira fase do PISP/LLX, a Colônia de pescadores foi beneficiada com a construção do mercado de peixe para comercialização direta ao consumidor, sem a presença

atravessadores. O projeto incluiu o pagamento de valor para recuperar o espaço da própria Colônia, anteriormente arrendado a um restaurante, assim como a reforma deste espaço e a construção de uma câmara frigorífica. O mercado, embora devidamente instalado, é utilizado por Cabo, o que gera certa insatisfação entre os filiados à Colônia de Pescadores Z-16. Na segunda fase do PISP/MMX, a organização desejava a construção de um estaleiro comunitário na Ilha do Jaguanum, mas a empresa desautorizou tal medida compensatória. Segundo Cabo, o estaleiro comunitário é uma demanda primordial, pois não existe um local apropriado para o conserto das embarcações e, muitas vezes, o pescador gasta mais do que deveria para realizar pequenos reparos e consertos. Como a construção do estaleiro comunitário exigiria para além da aquisição de imóvel adequado, localizado adjacente ao mar, a obtenção de licença ambiental antes de sua instalação, a empresa responsável pelo Porto Sudeste solicitou readequação do projeto. Dessa forma, os filiados à Z-16 optaram por submeter um projeto de compra de cinco embarcações de 7 metros e meio, com o motor de 20 Hp. Cabo espera que num projeto futuro de compensação dos impactos portuários sobre a atividade pesqueira se inclua a limpeza do manguezal da Restinga da Marambaia. Acrescenta que essa ação de conservação ambiental será de grande valia aos pescadores da Baía de Sepetiba, já que a localidade é um importante pesqueiro.

3.4.7.1.2.3.2 Associação dos Pescadores e Marisqueiros de Muriqui (APEMAM)

3.4.7.1.2.3.2.1 Histórico e atuação da Organização

A Associação dos Pescadores e Marisqueiros de Muriqui (APEMAM) foi fundada em janeiro de 2007 através de uma assembleia realizada na Associação de Moradores de Muriqui, que reuniu cerca de 100 pescadores da localidade. A mobilização social que culminou na fundação da APEMAM teve origem no ano de 1999, quando um vereador procurou os pescadores com a proposta de construção de boxes no canto da praia de Muriqui. Apesar de a promessa do vereador não se concretizar, o projeto mobilizou à formação da organização. Desta forma, os pescadores foram estimulados a se reunir, criando um novo espaço de diálogo a respeito das demandas da comunidade. Nessas reuniões identificou-se a necessidade de formalização jurídica do grupo (a partir da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ). Na época da fundação

da APEMAM o presidente da organização era José Carlos Costa, professor de Geografia aposentado que se dedicava à auxiliar os pescadores na regularização da atividade de pesca, dando orientações sobre como emitir RGP e a licença da embarcação. José Carlos faleceu a cerca de quatro anos e, quem assumiu a presidência da APEMAM foi Renato Damasceno Rosa. Renato está recém-eleito para exercer o segundo mandato na APEMAM. A organização possui cerca de 41 associados.

3.4.7.1.2.3.2.2 Conflitos e principais dificuldades para a atividade pesqueira na Baía de Sepetiba

Renato destaca as disputas e correlações de forças existentes em torno da categoria “pesca artesanal”. De acordo com o relato, os pescadores da Baía de Sepetiba utilizam embarcações de pequeno porte dotadas ou não de motores, em geral de baixa potência e com estruturas precárias de armazenamento do pescado. Ainda assim, como o barco do presidente da APEMAM possui 9 metros de comprimento, sua embarcação não será enquadrada na categoria artesanal, pois nesta o comprimento máximo é de 8 metros. *“A maioria dos pescadores da Baía tem barco entre 9 e 10 metros. Mas a gente não tem motor de alta potência, alguns tem motor de torno de 5,5 HP, outros de 30 HP. Nossa técnica de pescaria é antiga, é rede de espera, é cerco bate-bate. Traineira industrial não pesca assim. Eles têm sonar, redes gigantescas. Não tem comparação”*. E complementa *“O pessoal de Angra tem traineira porque lá é lugar de sardinha. Mesmo assim o pessoal de lá sai para pescar com o ajudante, e sem grandes tecnologias. Os pescadores nativos dessa região (Baía de Sepetiba e Baía da Ilha Grande) são artesanais, mesmo que seja num barco de 9 metros ou numa traineira de sardinha”*.

Assim como sinalizou Naípe, Renato também aponta as dificuldades do cotidiano dos moradores insulares no que tange aos serviços escolares, de saúde e oferta de trabalho. Os pescadores filiados à APEMAM são de Muriqui, Cachoeira II e Ilha da Jurubeba (ou Bandolim). No caso das 12 filiados do Bandolim, a maior parte foi criada na Ilha, possui família e casa na localidade, mas mora em Itacuruçá, Muriqui ou Itaguaí, na parte continental.

Segundo Renato, dos cerca de 3000 pescadores artesanais da Baía de Sepetiba, uma parte alterna as atividades de pesca artesanal com pesca embarcada de camarão em

Santa Catarina; outra com a de sardinha em Angra dos Reis; e outra com a atividade de transportes de passageiros (táxi boat ou barqueiros) - passeios com veranistas e traslados entre o continente e as Ilhas. *“A família que vive só da pesca hoje em dia está arriscada a passar por muitas necessidades”*.

E, por fim, Renato pontua a dificuldade que os pescadores estão enfrentando para emitir o RGP. Alguns pescadores estão apenas com o protocolo, e outros sem documentação alguma. O presidente da APEMAM gostaria de entender o porquê da paralisação da emissão das carteiras de pesca. Assim como Isac, Renato mencionou a “Ação Pesca Legal” (do MPF/RJ) e a liberação das 289 licenças provisórias para pescadores de Mangaratiba e Itaguaí.

3.4.7.1.2.3.2.3 Participação em projetos de compensação da atividade pesqueira anteriores

A APEMAM foi contemplada com a sede da associação através do projeto de compensação da TKCSA; e com a compra de embarcações de madeira de 9 metros de comprimento, motor de 30 HP na segunda fase do Porto Sudeste - PISP/MMX. De acordo com Renato, muitos associados não desfrutam dessas embarcações, e estão insatisfeitos com o resultado da compensação.

Segundo Renato, os associados desejam ter embarcações que viabilizem serviços de transportes de passageiros (táxi boat). Como depender apenas da pesca não garante o sustento de todos os meses do ano, alternar a atividade com o traslado de veranistas na alta temporada e o transporte de turistas seria algo significativo.

3.4.7.1.2.3.3 Associação de Moradores e Pescadores da Ilha de Jaguanum (AMPIJ)

3.4.7.1.2.3.3.1 Histórico e atuação da Organização

A Associação de Moradores e Pescadores da Ilha de Jaguanum (AMPIJ) foi fundada no ano de 2009. Sem sede estabelecida, as reuniões da organização ocorrem na beira da praia ou na casa da presidente Mônica Maria da Conceição Moreira. Comerciante de pescados capturados pelo marido, Mônica é a única liderança feminina entre os 11 representantes de organizações de pesca entrevistados pela equipe de campo. A

atividade profissional da presidente denota o papel das mulheres na cadeia produtiva da pesca, na qual boa parte atua no armazenamento e revenda dos produtos. Mônica vende os peixes em Itacuruçá ou nas peixarias de Mangaratiba, e para compradores diretos na beira das praias. A AMPIJ possui 100 filiados cadastrados, e previsão de entrada de outros 50 novos associados. Os filiados residem e pescam nas praias do Calhaus, Várzea, Cabaceira, Estopa, Pitangueira, Praia da Toca e Praia do Sul, localidades situadas ao redor da Ilha de Jaguanum.

3.4.7.1.2.3.3.2 Conflitos e principais dificuldades para a atividade pesqueira na Baía de Sepetiba

Mônica realça o aumento da poluição da Baía de Sepetiba desde que a região se tornou um complexo industrial e portuário a partir da década de 1970, com as operações do Terminal da Ilha Guaíba - TIG, da Vale (1973); do Porto de Itaguaí (1982); do terminal portuário da TKCSA (2010), ao recém-inaugurado Porto Sudeste (2015). “*Quando bate um vento de Noroeste os minérios dos navios e das pilhas espalham e caem na água*”. Além da contaminação, Mônica sublinha também a prática da pesca predatória por traineiras industriais, que atuam sem qualquer fiscalização. “*As traineiras transitam na Baía de Sepetiba com frequência. Muitas denúncias são levadas para a Marinha, Secretaria Municipal de Pesca de Mangaratiba e ao IBAMA*”. Mônica evidencia o conflito entre os pescadores artesanais da Baía de Sepetiba e a organização de defesa do Boto cinza, Instituto Boto Cinza.

Segundo Mônica, a tendência de crescimento populacional decrescente das Ilhas da Baía de Sepetiba está relacionada com a busca por empregos na porção continental da Baía (Itaguaí, Ilha da Madeira, e Itacuruçá), em função da redução da atividade pesqueira. Como a sobrevivência exclusiva da renda da pesca não está garantindo qualidade de vida aos pescadores, muitos alternam a prática com os serviços de transportes de passageiros (táxi boat).

Mônica frisa o problema da suspensão das carteiras de pesca, assim como as lideranças anteriormente entrevistadas, e adiciona que, em sua opinião “*deveria haver esforços dos*

órgãos FIPERJ³¹, INEA, SEA³², Sedetur/RJ e Marinha do Brasil para retomada das licenças da atividade pesqueira”.

3.4.7.1.2.3.3.3 Participação em projetos de compensação da atividade pesqueira anteriores

A AMPIJ não participou de projetos de investimento e compensação da atividade pesqueira por parte das empresas estabelecidas na Baía de Sepetiba.



Figura 3.4-24: Entrevista com a Sra. Mônica Maria Da Conceição Moreira, presidente da AMPIJ.

3.4.7.1.2.3.4 Associação dos Barqueiros de Itacuruçá (ABIT)

3.4.7.1.2.3.4.1 Histórico e atuação da Organização

A Associação dos Barqueiros de Itacuruçá é formada por proprietários de lanchas rápidas, traineiras, saveiros, outros, que trabalham com o traslado de passageiros entre a Praia de Itacuruçá e as Ilhas da Baía de Sepetiba. O presidente da ABIT é Gilberto Oliveira, o Beto Durica, no entanto a entrevista fora realizada com o vice-presidente, Carlos Alberto. De acordo com relato do vice-presidente da organização, a ABIT possui 120 filiados, todos com a carteira de Marinheiro Auxiliar de Convés (MAC).

³¹ Fundação Instituto de Pesca do Rio de Janeiro (Fiperj).

³² Secretaria Estadual do Ambiente (SEA).

3.4.7.1.2.3.4.2 Conflitos e principais dificuldades para a atividade pesqueira na Baía de Sepetiba

De acordo com o relato do vice-presidente da ABIT, Carlos Roberto, a pesca artesanal na região entrou em decadência em função do crescimento urbano industrial, e por isso diversos pescadores deixaram a atividade para trabalhar em outras funções - principalmente aquelas relacionadas à prestação de serviços gerais (pedreiros). Entretanto, segundo o reporte da liderança, como “*o pescador nunca deixa de ser um pescador*” boa parte da categoria passa a alternar a atividade de pesca com serviços de transportes de passageiros (táxi boat). Entre os anos de 2010 e 2015, as empresas portuárias contrataram via CLT pescadores da Baía de Sepetiba para atuarem nas lanchas de apoio de manobra dos navios e nos rebocadores. Esse fenômeno gerou competição entre os pescadores, na busca pela contratação das empresas. A Marinha, nesse ínterim, promoveu curso de MAC gratuito aos pescadores, como forma de habilitá-los a trabalhar nas lanchas de apoio e rebocadores. Entretanto, além do número de postos de trabalho ser reduzido, a crise ocasionou várias demissões, e esses ex-pescadores voltaram para o trabalho nas águas da Baía de Sepetiba como barqueiros.

Segundo o vice-presidente, as causas da redução dos pescados, principalmente da corvina (espécie em abundância na região) são os barcos de pesca industrial e suas ações criminosas e predatórias. Apesar dessa técnica de pesca ser proibida dentro da Baía de Sepetiba, as traineiras transitam e capturam milhares de toneladas durante todo o ano, sem qualquer tipo de fiscalização. “*Os pescadores com rede de malha mais fina são fiscalizados e o material apreendido, enquanto que as traineiras industriais não. Todo o ano vem traineiras do Rio de Janeiro, de Angra dos Reis, de Cabo Frio, e até de Santa Catarina para capturar toneladas de corvinas. A fiscalização multa os barqueiros por levar turista para realizar pesca esportiva, mas os grandes se safam*”.

Como a quantidade de peixes nos últimos anos se reduziu consideravelmente, Carlos Alberto pontua que a maioria dos pescadores que tem melhores condições socioeconômicas compram embarcações para trabalhar de táxi boat e no turismo de pesca esportiva.

3.4.7.1.2.3.4.3 Participação em projetos de compensação da atividade pesqueira anteriores

A ABIT participou da segunda fase do PISP/MMX e foi contemplada com a reforma do escritório da organização, localizado na beira da praia de Itacuruçá, no ponto do táxi boat.

3.4.7.1.2.3.5 Pescadores e Maricultores da Ilha da Marambaia (APMIM)

3.4.7.1.2.3.5.1 Histórico e atuação da Organização

A criação da APMIM ocorreu em janeiro de 2004, através das mudanças geradas pela entrada de grandes empresas e empreendimentos na região da Baía de Sepetiba, em especial, ao processo de negociação relativo à compensação ambiental com a empresa TKCSA. Um dos impulsos à fundação da APMIM foi criar uma organização de pesca que dialogasse com a Marinha de Guerra, instituição que controla a Restinga da Marambaia - área de segurança nacional. O principal objetivo da criação da APMIM era debater temas de interesse do setor pesqueiro em contextos desassociados dos conflitos históricos existentes na Marambaia (em torno da propriedade da terra) entre a Marinha de Guerra do Brasil e os descendentes de quilombolas. Isso porque a Associação dos Moradores e Amigos da Ilha da Madeira (AMADIM), entidade pré-existente à APMIM, se relaciona de maneira conflituosa com os representantes do Centro de Adestramento da Ilha da Marambaia (CADIM). Os principais apoiadores à fundação da APMIM foram a empresa MMX e o antigo MPA. Atualmente, o presidente da APMIM é Robson da Silva Mattos, e a organização social possui cerca de 88 associados.

3.4.7.1.2.3.5.2 Conflitos e principais dificuldades para a atividade pesqueira na Baía de Sepetiba

Dentre os pontos relatados por Robson, destaca-se a dificuldade no processo de legalização das licenças de pesca. O presidente da APMIM reúne os documentos necessários para dar entrada no RGP, mas a SEDETUR/RJ (atual responsável pelo setor de pesca no Estado do Rio de Janeiro), apenas libera protocolos, conforme mencionado anteriormente por Sérgio Hiroshi e outras lideranças. Dos 88 associados da APMIM, 67

possuem o RGP, e o trabalho para legalizar os demais 21 é árduo. Outro fator sublinhado é a injustiça no recebimento do defeso. *“Dos 1000 pescadores que vivem da pesca na Baía de Sepetiba, cerca de 700 tem o RGP ativo e recebem o seguro defeso. Desses 700 cadastrados, 400 pescam de fato e 300 não. Quer dizer, tem pescador que vive da pesca que não tem registro e não recebe defeso; enquanto outros que não vão para o mar estão legalizados e recebem o benefício”*.

Robson atribui a queda na produção pesqueira à poluição das águas, devido ao aumento do número de indústrias na região. O presidente da APMIM realça o alto índice de poluição das áreas contaminadas pela Cia Ingá Mercantil, assim como a contínua contaminação e irregularidades cometidas pelas empresas, sem ações de fiscalização e controle por parte do Estado. Para Robson, o incidente da Transpetro em 2015 catalisou a redução de peixes na região. Com a perda de produtividade, os pescadores têm de se deslocar para pontos mais distantes e pesqueiros fora da Baía.

Segundo Robson, as dragagens realizadas em 2011 despejaram materiais em áreas de bota fora que outrora eram pontos de pesca de lula, acarretando no desaparecimento dessa espécie por cerca de quatro anos no entorno dessas áreas. Entre 2015 e 2016, após novas dragagens, a lula desapareceu novamente. Ele mencionou ainda que alguns parcéis, lajes de fundo onde peixes como o badejo, o pargo e a garoupa fazem desova, foram soterrados para dar lugar a áreas de bota fora.

E por fim, sublinha a existência da pesca industrial predatória na Baía de Sepetiba, e dá ênfase à alta capacidade de captura de corvinas: *“As traineiras pescam 50 toneladas num mesmo dia, uma comunidade de pescadores pega 50 toneladas de corvina ao ano. A pesca industrial também danifica nossas redes, costuradas a mão.”*.

3.4.7.1.2.3.5.3 Participação em projetos de compensação da atividade pesqueira anteriores

A APMIM na primeira fase do PISP/LLX, além de legalizar a organização, foi contemplada com uma fábrica de gelo, instalada na praia do CADIM. A fábrica de gelo atraiu novos associados para a organização, porque ao invés dos pescadores terem de atravessar por mais de 1 hora da Restinga da Marambaia até o Centro de Mangaratiba para a compra do gelo, o insumo agora se encontra no território da Restinga. A fábrica

funciona num sistema de autogestão: quando um associado quer gelo, pega a chave da fábrica com o último que a usou ou com o presidente da associação, e faz a anotação da quantidade comprada em um caderno de notas.

Na segunda fase do PISP/MMX, a entidade foi contemplada com duas embarcações do tipo voadeira, que viabilizam, além da atividade de pesca, o serviço de traslado de passageiros e turistas (táxi boat); e com a ampliação da fábrica de gelo: aquisição de duas novas máquinas com capacidade produtiva de 300 litros diários.

Robson destacou a compensação da TKCSA, que para a maioria das associações só está ocorrendo agora, em função do TAC assinado junto ao INEA. Há inúmeras ações judiciais de associações da pesca artesanal cobrando seus direitos pelo prejuízo causado aos pescadores, já que a empresa não cumpriu com os projetos de compensação na fase do licenciamento. A APMIM, junto a outras várias associações de pesca, apresentou um projeto de maricultura à empresa.



Figura 3.4-25: Entrevista com a Sr. Robson da Silva Mattos, presidente da APMIM.

3.4.7.1.2.3.6 Associação dos Pescadores, Maricultores e Lazer do Sahy (ASSOPESCA)

3.4.7.1.2.3.6.1 Histórico e atuação da Organização

A Associação dos Pescadores, Maricultores e Lazer do Sahy (ASSOPESCA) foi fundada em 1998, pelo ex-presidente Wladimir da Conceição Pereira. Wlad - o pescador, agora é vereador de Mangaratiba, eleito no ano de 2016 pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Ao sair da presidência da associação, seu pai, Nilton Machado, assumiu o cargo.

De sua fundação até o ano de 2014 a ASSOPESCA era mantida com os recursos da peixaria situada no Quiosque nº 3 da Praia do Sahy. Contudo, atualmente possui uma

sede própria, bem equipada, que atende à comunidade com cursos de qualificação. A organização possui cerca de 504 associados, das Ilhas do Jaguanum, Gamboa, Flecheira, Martins e Bandolim, Praia do Saco, Praia do Sahy, Restinga da Marambaia, Muriqui, Venda Velha, Praia da Boa Vista, Praia Brava, Axixá, Itaguaí, Coroa Grande, Rio da Guarda, Santa Cruz e Pedra de Guaratiba.

3.4.7.1.2.3.6.2 Conflitos e principais dificuldades para a atividade pesqueira na Baía de Sepetiba

Nilton Machado destaca a dragagem da CDRJ e Vale S.A. como um “golpe na pesca”. Sublinha que o uso do saldo de licenciamento anterior é um abuso da empresa, e uma forma de passar por cima dos direitos da categoria de pesca. Discorda que haja encontros apenas entre as associações de Itaguaí, no âmbito do Conselho Municipal de Meio Ambiente, pois o assunto é pertinente à toda Baía de Sepetiba.

Aponta as áreas de fundeio e o raio de 500 metros de cada lado do navio como área de exclusão da atividade de pesca algo impraticável dentro da Baía de Sepetiba, pois nesses territórios há vários pesqueiros. Acrescenta, ainda, que os tripulantes dos navios fundeados na Baía incrementam o nível de prostituição infantil da região. Além disso, a limpeza e pequenas manutenções (reparos e pinturas) ocorrem dentro da área de fundeio, e não num estaleiro.

Assim como Vitor da APEITA, Nilton sublinha o despejo de chorume do aterro Sanitário de Itaguaí no canal dos Bois, no Rio Trapiche e no Rio da Guarda. “As autoridades de Itaguaí não fazem nada em relação a esse crime ambiental.”

Vale destacar que a ASSOPESCA recentemente associou pescadores de localidades de outros municípios, fora de Mangaratiba, como os pescadores de Itaguaí, Coroa Grande, Rio da Guarda, Santa Cruz e Pedra de Guaratiba. Segundo Nilton, os pescadores de diferentes localidades ao chegarem à sede da ASSOPESCA recebem assistência em relação aos direitos da pesca, e percebem que a organização se encontra bem instalada, numa sede que oferece cursos de capacitação (como o curso de saúde bucal, o de informática e o de maricultura patrocinado pela empresa Vale S.A.). Por esses fatores os pescadores estão migrando das organizações sociais mais próximas às suas residências, e se filiando à ASSOPESCA. Essa migração é um ponto conflituoso entre

as organizações representativas da pesca artesanal na Baía de Sepetiba. Os representantes da APAPG, APEITA, AMACOR e AMAR mencionaram tal associação fora do município de residência.

3.4.7.1.2.3.6.3 Participação em projetos de compensação da atividade pesqueira anteriores

A entidade não havia recebido repasse direto de recursos financeiros até ser contemplada pela segunda fase do PISP/MMX. Nesse projeto de compensação, a organização adquiriu sede fixa, onde os filiados reparam as redes, a organização realiza cursos de capacitação e eventos comunitários. A sede é bem equipada e com movimentação constante.

Nilton defende a ampliação da maricultura na Baía de Sepetiba. A empresa Vale disponibilizou um técnico contratado para aplicar curso introdutório de cultivo da alga marinha *Kapaficus alvarezii*, ingrediente para diversos produtos da indústria alimentícia e cosmética. De acordo com Nilton, as empresas brasileiras importam toneladas dessas algas, mesmo tendo um litoral com tamanha capacidade para o cultivo em larga escala.

Além da maricultura, Nilton acredita que projetos de compensação possam viabilizar a regularização dos pescadores, tanto na interlocução direta com a SEDETUR/RJ para emissão do RGP, quanto no diálogo com a Marinha para a carteira POP, habilitação para condução da embarcação.



Figura 3.4-26: Entrevista com o Sr. Nilton Machado, presidente da Assopesca.



Figura 3.4-27: Sede da Assopesca, em Mangaratiba.

3.4.7.1.2.3.7 Associação dos Maricultores de Mangaratiba (AMAR)

3.4.7.1.2.3.7.1 Histórico e atuação da Organização

A AMAR foi criada em novembro de 2002 e fundada em março de 2003. A maricultura surge como proposta de manutenção das relações entre o pescador e o mar, diante dos impactos negativos gerados pelos empreendimentos industriais e portuários na região, que diminuíram consideravelmente a quantidade do pescado. A AMAR é presidida por Maria da Guia Peres dos Santos, mas as atribuições do cargo sempre foram desempenhadas por seu marido, Marcos Luiz de Souza. A associação atualmente está sem sede fixa. Há dois anos utilizavam um box do Mercado Municipal de Mangaratiba como escritório e local de armazenagem de equipamentos, ao lado da fábrica de gelo também da entidade. Entretanto, na atual gestão municipal o box foi retirado da Amar. A organização possui atualmente cerca de 128 associados, dos quais 60 são pescadores e os demais 68 maricultores e pescador.

3.4.7.1.2.3.7.2 Conflitos e principais dificuldades para a atividade pesqueira na Baía de Sepetiba

Marcos Luiz de Souza revela a pesca industrial predatória de corvina. Explica que a pesca feita com sonar e com rede hidráulica, com capacidade para cercar toda a área de Mangaratiba, é um crime ambiental de grandes proporções. Durante a entrevista, a liderança apresentou à equipe de campo um vídeo viralizado, via internet, dessa prática predatória.

Em sua opinião, a dragagem reduz a qualidade da água por revolver os sedimentos contaminados do fundo no mar, e em função disso os peixes não estão desovando na Baía de Sepetiba. Destaca o conflito entre os pescadores e a atual dragagem da CDRJ/Vale S.A, e acrescenta que qualquer obra de dragagem de aprofundamento será um complicador à atividade de pesca a região. Usa como exemplo a dragagem da MMX, que durante as obras montou uma comissão de acompanhamento formada pelas associações de pesca, Marinha, INEA, representantes da empresa, entre outros; mas desrespeitou o que os pescadores solicitaram: a paralisação do aterro dos materiais dragados numa área dentro da Baía. Como resposta, Marcos revela que o representante

do INEA, durante a reunião da comissão de dragagem, alegou que *“zinco não é um problema agravante para a Baía de Sepetiba, porque até remédio de estômago é a base de zinco”*.

Assim como os presidentes de organizações anteriormente descritos, Marcos salienta o conflito entre os pescadores artesanais e o IBC, em torno da causa da alta mortalidade dos botos da Baía de Sepetiba; e sobre os prejuízos à maricultura causados pelo vazamento de óleo da Transpetro.

3.4.7.1.2.3.7.3 Participação em projetos de compensação da atividade pesqueira anteriores

A AMAR foi uma das contempladas com a compensação da TKCSA, recebeu uma balsa mecanizada para o cultivo mexilhões, ostras e coquilles cultivados. Na primeira fase do PISP/LLX, a AMAR foi contemplada com curso de capacitação em Santa Catarina para 10 famílias de maricultores artesanais, que após o curso trabalharam na preparação da fazenda marinha da Amar. Além disso, com recursos do projeto, a associação reformou um centro de beneficiamento de marisco, e adquiriu um veículo para distribuir a produção. Na segunda fase, adquiriu equipamentos e materiais para melhoria da balsa mecanizada. O maricultor responsável pela balsa faleceu subitamente, e o cultivo ficou paralisado. Hoje a balsa está desativada.

Para Marcos não existem projetos ideais para a compensação da atividade pesqueira, pois o correto seria o pescador se manter no mar com suas tradições e modos sociais de reprodução. Acrescentou que a maricultura na Baía de Sepetiba é complemento de renda, pois maricultor é também pescador ou barqueiro. O ideal seria um projeto que viabilizasse o maricultor a viver do cultivo dos organismos marinhos: algas, crustáceos, peixes. Para isso, as associações necessitam de investimentos altos, que envolvem o licenciamento da atividade, a capacitação dos envolvidos, a montagem dos cultivos, a constante manutenção da fazenda marinha, e um selo de garantia que garanta a comercialização do produto no mercado. Nesse sentido, Marcos mencionou um possível projeto de criação de beijupirá, peixe de alto valor comercial, que se adaptaria às condições ambientais da Baía de Sepetiba.

Marcos menciona também a importância de um projeto social de cunho educacional e profissionalizante voltado aos jovens da região, como a criação de um estaleiro-escola que ofereça cursos de eletricista, mecânico e construção naval, que poderia ocupar as instalações de um estaleiro atualmente abandonado na beira da praia.



Figura 3.4-28: Entrevista com o Sr. Marcos Luiz de Souza, vice-presidente da Amar.

3.4.7.1.3 Identificação de Organizações Sociais de Meio Ambiente atuantes na Baía de Sepetiba

O levantamento de organizações sociais envolvidas na temática ambiental revela que na região da Baía de Sepetiba existe 1 (uma) entidade que articula ações de preservação ambiental, voltada para a proteção da espécie boto-cinza (*Sotalia guianensis*) e de conservação do ecossistema marinho junto aos gestores de unidades de conservação (UCs): a ONG Instituto Boto Cinza (IBC).

Sediada à Rua Gastão de Carvalho, lote 2, quadra 4, no bairro Brasilinha, em Itacuruçá (Mangaratiba), a Ong também funciona em escritório cedido pelo Parque Estadual do Cunhambebe (PEC) em sua sede, estabelecida à Estrada da Cachoeira s/nº, Rodovia Rio - Santos, Km 423, no bairro - Vale do Sahy (Mangaratiba).

O IBC foi fundado em 2009 pelo pesquisador D^r. Leonardo Flack e sua esposa, a empreendedora social Eliane Freitas. As principais linhas de ações da organização estão

direcionadas ao turismo de base comunitária, à visita ao Museu do Boto³³ e aos Projetos Socioambientais, como a realização do Projeto Abrace o Boto Cinza - executado entre os anos 2013 e 2015, no âmbito do Programa Petrobras Socioambiental.



Figura 3.4-29: Museu do Boto, localizado na sede do parque Estadual do Cunhambebe, em Mangaratiba.



Figura 3.4-30: Exposição sobre cetáceos da Baía de Sepetiba, no Museu do Boto.

De acordo com Leonardo Flack, coordenador científico do IBC, a organização também vem atuando, para além dos campos de pesquisa e projetos de conservação, no setor de políticas públicas. Por exemplo, o apoio do IBC à Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca de Mangaratiba, resultou na criação de uma UC municipal de uso sustentável, a Área de Proteção Ambiental (APA) Marinha Boto-Cinza, no ano de 2015³⁴.

O IBC começou a pesquisar a criação da UC em 2013, e em 2015 a APA foi criada. No ano de 2016 ocorreu a formação do conselho gestor deliberativo da APA, e em 2017 ocorreram as primeiras reuniões desse conselho. O Plano de Manejo da APA Marinha Boto-Cinza tem previsão de ser elaborado no ano de 2018.

Dentre as principais dificuldades para a preservação do boto-cinza na Baía de Sepetiba, Leonardo destaca os impactos sinérgicos que os diferentes empreendimentos industriais e portuários causam ao ambiente marinho. Isto porque, para além das instalações físicas

³³ Situado na sede do PEC, no Vale do Sahy (Mangaratiba).

³⁴ Lei Municipal 962/2015.

das empresas, o processo de chegada de cada uma delas impactou e impacta na urbanização e no crescimento das cidades da All, gerando sobrecarga nos equipamentos públicos, aumento dos processos de favelização, e mitigações de impactos via compensações aos pescadores que não beneficiam à coletividade, mas cria micro poderes entre organizações de pesca.

A redução da biodiversidade marinha também está atrelada ao crescimento de áreas de fundeio. Essas áreas crescem nas águas da Baía de Sepetiba sem comunicação previa às organizações sociais e conselhos de meio ambiente existentes. Acrescenta que o uso conflituoso das águas da Baía, disputadas entre os grupos portuários, industriais, turísticos, pesqueiros e conservacionistas precisa ser equacionado numa ferramenta de gestão pública, como o zoneamento costeiro.

Nesse ponto, Leonardo Flack acredita que somente através da implantação de modelo de gestão pautado em lei os usos marinhos conflituosos poderão ser postos em evidência, e seus atores dialogarem. Seja através da Lei que estabelece o Plano de Gerenciamento Costeiro, da Lei do Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro e/ou da APA Marinha Boto-Cinza, é imperativo conter instrumentos para operacionalizar a gestão ambiental da Baía.

Segundo o reporte, a gestão sobre os usos marinhos da Baía de Sepetiba foram postos de lado desde a extinção da SUDEPE do município de Angra dos Reis, que cedeu espaço ao crescimento do complexo industrial-portuário.

Leonardo pontua que o turismo ecológico de base comunitária é uma alternativa considerável aos pescadores artesanais que, além de encurralados pelas áreas de exclusão de pesca (como as áreas de fundeio e canais de acesso), podem migrar da atividade pesqueira para a atividade de táxi boat.

Como as áreas de pesca de caceio e de rede espera são consideradas inviáveis para a manutenção da espécie Boto-Cinza, uma possibilidade seria o investimento num turismo de avistamento de aves marinhas e de populações de botos-cinza. *"Os pescadores já sofrem vários impactos sinérgicos, como os sedimentos contaminantes despejados pelas empresas, redução das áreas de pesca, atuação de traineiras industriais. Logo migrar para a atividade de turismo é uma tendência ao cenário existente. O ideal é que*

seja um turismo ordenado, com ênfase no turismo sustentável e em programas que tragam alternativas de renda para o pescador dentro do mar".

Por último, Leonardo Flack expõe que existe um impasse entre o IBC e o Fórum Permanente em Defesa dos Pescadores da Baía de Sepetiba no que diz respeito à causa do aumento da mortalidade dos botos-cinza na Baía de Sepetiba. Existe um *stress ambiental* no ambiente marinho da região, ocasionado pelo trânsito de embarcações, pela luminosidade de grandes navios, pela redução dos cardumes em função da captura predatória da pesca industrial, dentre outros fatores, que resultam em captura dos animais pelas redes de pesca. Mesmo o boto estando saudável, a questão é a restrição das áreas de pesca causada pelos empreendimentos portuários, que encurrala pescadores para áreas onde populações de botos-cinza transladam. Desta maneira, o procedimento de necrópsia não revela diretamente a causa morte, porque o boto pode estar saudável e ser capturado.

O entrevistado espera que as empresas se empenhem mais no acompanhamento e desdobramentos das ações de compensação ambiental estabelecidas. Acredita que seria oportuno e necessário a aplicação de recursos em políticas públicas ou ferramentas de gestão ambiental capazes de salvaguardar o meio ambiente e os grupos que vivem da renda do mar.

3.4.7.1.4 Identificação de Fóruns e Conselhos de Meio Ambiente da Baía de Sepetiba

Fóruns e conselhos são dispositivos de articulação e operacionalização de políticas públicas, considerados como ferramentas de participação social. A presença da sociedade civil organizada viabiliza o acompanhamento e a verificação de políticas públicas.

Através dos espaços de diálogo estabelecidos nos fóruns e conselhos gestores, grupos voltados aos temas ambientais podem avaliar objetivos, processos e resultados da gestão pública, por meio de reuniões periódicas, e da criação de câmaras e comitês temáticos que envolvem diferentes *stakeholders*. Nesse sentido, o quadro abaixo apresenta os principais conselhos e fórum atuantes na região da Baía de Sepetiba, suas respectivas áreas de atuação e composição.

Quadro 3.4-47: Fóruns e Conselhos de Meio Ambiente presentes na AII do empreendimento.

Abrangência	Organização	Atuação	Participantes	Contato	Responsável
Baía de Sepetiba	Fórum Permanente em Defesa dos Pescadores da Baía de Sepetiba	Políticas públicas, medidas compensatórias, legislação pesqueira e documentações	MPF/RJ, Associações de pesca, Nutemc/UERJ	2334-0322	Cátia Antônia (Nutemc/UERJ)
Rio de Janeiro	Conselho Consultivo do Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB - setor Guaratiba)	Políticas, programas e projetos relacionados ao PEPB	Portaria IEF/RJ/PR N°269/2005	3347-1786 / 2332-6608	Vanessa Teixeira
Itaguaí	Conselho Consultivo do Comitê de Bacias Hidrográficas do Guandu	Políticas, programas e projetos relacionados às bacias do Rio Guandu, Rio da Guarda e Guandu Mirim	Decreto N° 31.178/2002	3787 3729	Antônio Adolfo Garbocci Bruno
Itaguaí / Mangaratiba	Conselho Consultivo do Parque Estadual do Cunhambebe (PEC)	Políticas, programas e projetos relacionados ao PEC	Portaria INEA/DIBAP N° 41/2014	3789 -2965	Eduardo Pinheiro
Itaguaí	Conselho Municipal de Pesca (Diretoria de Pesca)	Políticas, programas e projetos relacionados ao setor pesqueiro municipal	Lei Municipal 1772/94	992690200	Carla Rodrigues Moutinho Targueta
Mangaratiba	Conselho de Meio Ambiente de Mangaratiba	Políticas, programas e projetos relacionados ao setor pesqueiro municipal	Decreto N° 1912/2008	2789-6000 R: 247	Carlos Abenza Martinez
Mangaratiba	Conselho Deliberativo da APA Marinha Boto Cinza	Ações de fiscalização sobre os usos do ambiente marinho, elaboração do Plano de Manejo da APA	Lei Municipal N° 962 /201515	96476-3337	Leonardo Flack (IBC)

Fonte: Concremat Ambiental, 2017.

Apesar de os conselhos consultivos e deliberativos serem ferramentas de articulação e operacionalização de políticas públicas e funcionarem sob a gestão de instituições governamentais, são considerados também ferramentas de controle social. A participação da sociedade civil organizada no acompanhamento e verificação de

políticas públicas e de responsabilidade socioambiental, avaliando objetivos, processos e resultados da gestão pública, se dá através de reuniões periódicas e da criação de câmaras e de comitês temáticos que envolvem diferentes *stakeholders*.

3.4.8 Caracterização das Comunidades da AID

O presente item, descreve os principais usos do solo em 12 comunidades de pescadores e/ou marisqueiros que se estima são as mais propensas a sofrer os impactos da implantação e operação do empreendimento. Dentre elas, 7 (sete) situam-se próximas ao Porto de Itaguaí (Ilha da Madeira, Ilha do Martins, Ilha de Itacuruçá, Coroa Grande, Vila Geny e Vilar dos Coqueiros, no município de Itaguaí, além da Praia de Itacuruçá, no município de Mangaratiba. Nas outras 5 (cinco) localidades residem pescadores que pescam próximos à área do empreendimento Sepetiba Tecon (Sepetiba, Pedra de Guaratiba, Canal do São Francisco, Rio da Guarda e Canal da Ponte Preta).

A caracterização a seguir se baseia nos dados dos questionários aplicados junto a presidentes de organizações de pesca e a pescadores entrevistados nos pontos de desembarque do pescado. De acordo com os relatos, buscou-se verificar modos de vida, infraestrutura existente e vetores de expansão. Vale destacar que as informações sobre o número de alunos matriculados nas escolas da rede pública de ensino foram coletadas no censo escolar da ferramenta QEDu, correspondente ao ano de 2016³⁵.

Destaca-se também que das 12 localidades mapeadas, 11 possuem eletrificação e o fornecimento da energia elétrica é da companhia Light Serviços de Eletricidade S.A. Apenas na Ilha do Martins não há energia elétrica. Os pescadores moradores da Ilha do Martins e os veranistas utilizam geradores de energia. Outro ponto é a falta de saneamento básico e o despejo do esgoto *in natura* nas localidades insulares e nos canais onde há população de pescadores residentes. Nas ilhas do Martins e Itacuruçá, assim como nos canais do São Francisco, da Ponte Preta e no Rio da Guarda, não são

³⁵ Para maiores informações, vide: < <http://www.qedu.org.br>>. Acessado em novembro de 2017.

disponíveis sistemas de esgotamento sanitário e os resíduos domésticos são despejados in natura. O saneamento básico e o abastecimento de água canalizada ainda são desafios de equipamentos urbanos a serem instalados nessas localidades.

3.4.8.1 Ilha da Madeira

O bairro Ilha da Madeira, que abriga o complexo industrial portuário da Baía de Sepetiba (como a CSN II, os Portos de Itaguaí e o Sudeste, e a Nuclep/Nuclebrás), é também local de moradia de pescadores artesanais. A chegada das indústrias a partir da década de 1960 gerou conflitos pelo uso das águas da Baía de Sepetiba entre as indústrias e os pescadores locais. Destaca-se a instalação da indústria siderúrgica Companhia Ingá Mercantil na Vila do Engenho, em 1964, responsável por um dos maiores passivos ambiental do estado do Rio de Janeiro. Pescadores afirmam que lençóis freáticos, poços artesanais e os manguezais da região permanecem contaminados, apesar de o terreno da empresa Ingá ter sido alvo de descontaminação e envelopamento dos resíduos tóxicos restantes.

Na entrevista realizada na Aplim, organização de pesca que representa os pescadores da localidade, pode-se perceber que o sustento das famílias da Ilha da Madeira na década de 1950 estava atrelado à pesca e à agricultura, que serviam, principalmente, como subsistência da população local. Com o passar dos anos, a pressão do crescimento urbano e industrial na localidade aumentou fortemente e, atualmente, grande parte dos antigos pescadores e lavradores passou a atuar – com intensidades diferenciadas, no transporte de turistas para as ilhas da Baía de Sepetiba. O ponto do *táxi boat* situa-se na orla da Estrada Joaquim Fernandes, próximo ao Iate Clube da Ilha da Madeira. A localidade é procurada no verão e aos finais de semana pelos turistas, sobretudo, moradores da Zona Oeste do Rio de Janeiro.

Na Ilha da Madeira há cerca de 700 habitações com aproximadamente 3.000 moradores. O bairro, antes dos sucessivos processos de aterramento, sobretudo na década de 1970 para a empresa Ingá Mercantil e na década de 1980 para a instalação do Porto de Itaguaí, era separado do continente - o que justifica a designação "ilha". O bairro possui moderada urbanização, com bares à beira da praia, restaurantes e ônibus coletivo que interliga o bairro de Campo Grande no município do Rio de Janeiro à Ilha da Madeira,

em Itaguaí. Na localidade há um posto de saúde que funciona de segunda a sexta-feira, e uma escola municipal: a EMEI Elmo Baptista Coelho, que atende alunos da Pré-escola, do ensino fundamental I e II, e possui 143 alunos matriculados.

Na localidade há coleta periódica de lixo realizada pela prefeitura de Itaguaí. Entretanto, os serviços de abastecimento de água e tratamento do esgoto, sob a responsabilidade da Cedae, são criticados pelos moradores. Tanto pela falta da água quanto, sobretudo, pela quantidade de esgoto a céu aberto. Vale destacar que moradores denunciam o despejo de esgoto sem tratamento na praia da Ilha da Madeira. Acrescentam que, apesar das obras de revitalização da orla do bairro, por meio de medida compensatória da empresa Porto Sudeste, não se investiu numa estação de tratamento de esgotos sanitários (ETE), solução para o despejo do esgoto *in natura* na praia.

3.4.8.2 Ilha do Martins

A Ilha do Martins está localizada na porção norte da Baía de Sepetiba, próxima às ilhas de Madeira, Itacuruçá, Cabras e Ostras. A Ilha é formada pelas praias do Leste, Sul e Funil e é um importante fragmento florestal de mata atlântica na porção insular do município de Itaguaí.

Na Ilha do Martins a exploração agrícola não é visivelmente exercida, sendo a pesca a principal atividade econômica dos moradores. O traslado entre a Ilha da Madeira e a Ilha do Martins ocorre pelo transporte *taxi boat*, cujo ponto encontra-se situado próximo à peixaria do japonês na Ilha da Madeira, e custa R\$ 10. O ancoradouro das embarcações é na Praia do Funil, onde se avista casas construídas à beira da praia e pequenos bares. Por trilha se acessa a Praia do Sul, localidade menos explorada pelos turistas, porque é zona de moradia dos pescadores artesanais. Na Praia do Leste, porção voltada para a Ilha da Madeira, há casas de veranistas que visitam as praias aos finais de semana e durante o período de verão.

A Ilha do Martins não possui uma organização representativa da atividade de pesca, apesar de nela habitarem pescadores artesanais, que estão filiados à Aplim. Na Praia do Sul funcionava a Escola Municipal da Ilha do Martins, com seguimento correspondente ao atual ensino fundamental I. A escola está fechada a cerca de 20 anos, e as crianças da Ilha do Martins se deslocam para a escola Elmo Baptista Coelho, na

Ilha da Madeira. Na ilha não há energia elétrica, o fornecimento de luz se dá através de gerador de energia e utilização de placas solares, assim como não existe água encanada. A coleta de lixo é feita por uma embarcação que passa na ilha uma vez por semana e o atendimento médico é realizado no posto de saúde do bairro Ilha da Madeira.

3.4.8.3 Ilha de Itacuruçá (Itaguaí e Mangaratiba)

A Ilha de Itacuruçá é formada pelas praias Sapioeira, Gato, Flexeiras, Leste, Meio, Quatiquara, Boi, Elieser, na porção pertencente ao município de Itaguaí; e pelas praias Águas Lindas, Maria Russa, Boa Vista, Prainha, Viola, Fazenda, Grande, Guarda, Bartel, pertencentes à Mangaratiba. A Ilha de Itacuruçá é circundada pela Ilha Flexeiras (Itaguaí) e Ilha do Jardim (Mangaratiba).

De acordo com a entrevista realizada no ponto de *táxi boat* da ABIT, na Praia de Itacuruçá (continental), na porção insular que pertence à Mangaratiba, apenas na Praia Grande há moradias de pescadores artesanais. Segundo o relato, atualmente apenas quatro famílias da Praia Grande vivem exclusivamente da atividade de pesca, pois os demais moradores, que outrora foram pescadores profissionais, alternam a atividade de pesca de camarão com o transporte de turistas.

Na porção que pertence a Itaguaí, há pescadores artesanais que residem nas praias da Quatiquara e do Boi. Segundo o relato do presidente da AMCOVERI, há nessas localidades cerca de 10 famílias que vivem da pesca artesanal e do cultivo de fazendas marinhas filiadas à organização.

Em relação aos resíduos sólidos, o lixo é coletado nas praias da Ilha de Itacuruçá semanalmente. Na ilha há energia elétrica, mas não há abastecimento de água encanada e esgotamento sanitário. Os estudantes da Ilha de Itacuruçá, na porção que pertence a Itaguaí estudam na escola municipal Elmo Baptista Coelho, e na porção que pertence à Mangaratiba estudam na própria Ilha de Itacuruçá, na Praia da Gamboa, na escola municipal Paulo Scofano. Essa escola oferece os segmentos de creche, Pré-escola, ensino fundamental I e II, e possui 155 alunos matriculados. Já o atendimento médico é realizado na Unidade Básica de Saúde (UBS) de Itacuruçá.

3.4.8.4 Coroa Grande, Vila Geny e Vilar dos Coqueiros

Na década de 1950 Coroa Grande era um vilarejo de pescadores e lavradores, e local de veraneio de moradores do município do Rio de Janeiro. Atualmente, Coroa Grande é uma das praias mais urbanizadas da região da Costa Verde, e recebe um intenso fluxo de turistas da zona oeste do Rio de Janeiro aos finais de semana. Coroa Grande é um bairro de população de classe média, caracterizado por casas de bom padrão construtivo, asfaltamento, orla à beira mar, bares, restaurantes e pousadas.

O bairro cresceu no entorno da linha férrea e se expandiu ao longo da margem da Rodovia Federal BR 101, na altura do km 405. A Vila Geny é uma expansão urbana de Coroa Grande. Tanto em Vila Geny quanto em Coroa Grande boa parte dos moradores vive da atividade pesqueira e da extração de mariscos, enquanto outras parcelas de moradores atuam no setor turístico e na prestação de serviços.

Os pescadores artesanais que residem em Coroa Grande e em Vila Geny pescam próximos à Ilha da Madeira, Ilha de Itacuruçá e vão até a Restinga da Marambaia, tanto no saco da Pombeba quanto no costão da Marambaia. Os marisqueiros coletam os mariscos no píer próximo à Colônia de Pescadores de Itaguaí, assim como na praia do Vilar dos Coqueiros - localizada próxima ao cais da Nuclep/Nuclebrás dentro do Porto de Itaguaí, na Ilha da Madeira.

A entidade de pesca Colônia de Itaguaí, situada no píer de Coroa Grande, possui 32 pescadores e marisqueiros filiados que residem na região. Os estudantes de Coroa Grande, Vila Geny e Vilar do Coqueiro frequentam as escolas municipais Vereador Américo Rodrigues de Amorim e Professora Severina dos Ramos de Sousa. A primeira possui 876 alunos, matriculados nos segmentos pré-escola, ensino fundamental I, II e na educação de jovens e adultos (EJA). Já a segunda escola possui 193 alunos matriculados na pré-escola e ensino fundamental I.

O atendimento médico é realizado tanto no posto de saúde de Coroa Grande quanto no posto de saúde da Vila Geny. A localidade Vilar dos Coqueiros, situada próximo ao cais da Nuclep/Nuclebrás - área pertencente à Cia Docas RJ (Gleba 5 do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ), possui uma população de aproximadamente 2.000 pessoas, e é o principal vetor de expansão de Coroa Grande.

Apesar de haver uma série de obras no âmbito do complexo industrial e portuário da Ilha da Madeira, população local de Vilar dos Coqueiros nunca participou de medidas de compensação socioambiental. De acordo com relatos, o poder público e as empresas do entorno não se atêm às demandas dos moradores pescadores e marisqueiros da localidade justamente por estarem num terreno do Porto Organizado, cuja propriedade é da União. A comunidade local é considerada “invasora”. Segundo relato, na porção de Vilar dos Coqueiros mais próxima ao cais da Nuclep/Nuclebrás, área de manguezal, já foram construídas cerca de 10 casas.

3.4.8.5 Praia de Itacuruçá (continental)

A praia de Itacuruçá é uma referência territorial para as Ilhas da AID, tanto do ponto de vista dos serviços básicos quanto da cadeia produtiva da atividade pesqueira. Em Itacuruçá há duas escolas públicas com serviços de pré-escola, ensino fundamental I, II e EJA: Escola Municipal Levy Miranda (49 alunos matriculados) e Escola Estadual Caetano de Oliveira (486 alunos matriculados). Apesar de a escola Caetano de Oliveira ser da rede estadual até 2014 registra-se que na unidade não havia oferta de ensino fundamental. Dessa forma, na contagem dos 486 alunos matriculados na unidade não inclui o segmento ensino médio.

Em Itacuruçá encontra-se a recém-inaugurada Unidade Básica de Saúde (UBS) Osmar Mathias dos Santo (2016), com atendimento 24 horas. Além de supermercados de médio porte, peixarias, bares, restaurantes, pousadas, late Clube, ponto de *táxi boat* da ABIT, e pontos de desembarque do pescado para os pescadores que utilizam os pesqueiros situados na AID. Em Itacuruçá há uma base da Marinha de Guerra, defronte ao pier e bomba de gasolina da Praia de Itacuruçá, local onde o barco que transporta lixo das ilhas atraca e descarrega o lixo, imediatamente acondicionado no caminhão da prefeitura de Mangaratiba.

Na Praia de Itacuruçá localiza-se a Colônia de Pescadores Z-16, fundada em 1926. A propriedade da organização, na época de sua fundação, era composta pelo prédio da sede, pelo atual mercado de peixe e pela loja, local onde hoje funciona uma peixaria particular, anexa ao mercado.

3.4.8.6 Sepetiba

A porção litorânea do bairro de Sepetiba abrange as praias de Sepetiba, do Recôncavo, do Cardo, da Brisa e o do Saco do Piaí e, todas com água imprópria para banho. Essas praias têm como característica uma quantidade expressiva de cascalhos, lama e odor ruim. De acordo com o presidente da APAPG, de Pedra de Guaratiba, as praias de Sepetiba foram invadidas pela lama após dragagem e despejo de resíduos num bota fora dentro da Baía de Sepetiba, próximo à Restinga da Marambaia, durante a construção do Porto de Itaguaí.

A chegada da TKCSA nos anos 2000 acarretou em aumento da quantidade de sedimentos poluídos despejados nas águas da baía, e carreados para as praias em Sepetiba e Pedra de Guaratiba. Como essas praias estão situadas no fundo de Baía (a oeste), a maré não as atinge, e a lama se sedimenta ano após anos. Em 2015 o INEA, através de convênio assinado com a Secretaria de Estado do Ambiente (SEA) e a Companhia Docas do Rio de Janeiro (Docas-RJ), revitalizou a faixa de areia da Praia de Sepetiba e criou um espaço de convivência para moradores, com quiosques, restaurantes e redes de vôlei. Entretanto, a água da praia permanece poluída e imprópria para banhistas.

Os pescadores das praias de Sepetiba navegam até os pesqueiros próximos ao empreendimento para a captura do pescado. Os pescadores apontaram como importantes pontos de pesca os lajedos no entorno da Ilha do Martins, a Laje Pequena e a Laje Grande, na altura do terreno da BASF, na porção litorânea da RA de Santa Cruz. Para chegar até as águas sem lodo, os pescadores precisam se sair da linha de costa das praias.

Em Sepetiba a organização de pesca que representa os pescadores e marisqueiros locais é a Apas, mas tal organização encontra-se atualmente com baixo grau de atuação. Quanto à infraestrutura, foi inaugurado no ano de 2011 o Centro de Tratamento de Esgoto de Sepetiba (ETE Sepetiba), que tem capacidade para tratar 93 litros de esgoto por segundo. De acordo com as informações divulgadas pela Prefeitura do Rio de Janeiro, a ETE Sepetiba faz parte do projeto Saneando Sepetiba, que tem como finalidade instalar rede de esgoto para três localidades (Sepetiba, Praia da Brisa e Pedra

de Guaratiba), uma região com cerca de 60 mil moradores. Por se tratar de uma área muito extensa, os bairros foram divididos em 14 sub-bacias ³⁶.

Em Sepetiba há abastecimento de água encanada e fornecimento de luz elétrica. Os alunos da região estudam em quatro escolas da rede pública: três municipais e um colégio estadual. Na Escola Municipal Nelson Romero, que oferece ensino nos segmentos da pré-escola, ensino fundamental I e II, há 749 alunos matriculados. Na Escola Municipal Professor Jorge Luiz Itaboraí de Almeida³⁷, que tem 508 alunos matriculados no ensino fundamental II. Na Escola Municipal Nair da Fonseca, com 660 alunos matriculados nos segmentos fundamental I e II. Já no Colégio Estadual Carlos Arnoldo Abruzzini da Fonseca, que oferece ensino médio e EJA, há 1523 alunos matriculados. Em relação aos serviços de saúde, os moradores são atendidos na UPA de Sepetiba e na Clínica da Família Valéria Gomes Esteves.

3.4.8.7 Pedra de Guaratiba

O litoral de Guaratiba abrange as praias da Ponta Grossa, Pedra de Guaratiba e a Barra de Guaratiba. Entre a Praia da Brisa (Sepetiba) e a Praia da Ponta Grossa (Guaratiba), localiza-se a Área de Proteção Ambiental (APA) das Brisas³⁸. É possível realizar a travessia de uma localidade a outra através de trilha, percorrendo um trajeto entre área de manguezais e dunas. A APA foi criada em função dos valores arqueológico (indícios de *Sambaquis* da Antiga Fazenda Caieira), histórico (marcos da Fazenda Real de Santa

³⁶ Extraído de: < <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=1445507>>. Acessado em novembro de 2017.

³⁷ Essa unidade faz parte do Projeto Escola do Amanhã, que oferece ensino integral à comunidade escolar, com cerca de 7 horas diárias de estudo. Para maiores informações, acesse: <<http://www.escolasdoamanha.com.br>>. Acessado em novembro de 2017.

³⁸ A área de Proteção Ambiental das Brisas foi criada pela lei Ordinária 1.918 de 05 de Outubro de 1998, e segue anexada a este capítulo.

Cruz) e ecossistêmico (praia, mangue e restinga e abriga exemplares raros ou endêmicos da fauna e flora nativas).

Na praia da Ponta Grossa está situada a Apapg e na Praia de Guaratiba a Colônia de Pescadores Z-14. Ambas as localidades possuem casas com bom padrão construtivo e asfaltamento. Há ônibus coletivo que trafega pela Estrada da Matriz, passa pela Avenida Dom João VI, e atravessa o túnel da Grota Funda em direção ao bairro Recreio dos Bandeirantes.

Os pescadores das praias de Guaratiba, assim como os das praias de Sepetiba, deslocam-se da linha de costa até onde as águas já não possuem tantos sedimentos e lamas (costão da Marambaia, lajedos no entorno da Ilha do Martins, Laje Grande e Laje Pequena). Posteriormente, se dirigem aos pesqueiros próximos à ilha da Madeira, local que abriga o empreendimento.

No que diz respeito à infraestrutura, há em Guaratiba 7 escolas da rede pública: 6 unidades escolares da rede municipal e um colégio estadual.

Quadro 3.4-48: Número de alunos matriculados em unidades escolares de Guaratiba.

Unidade Escolar	Alunos Matriculados	Nível de ensino
Escola Municipal Déborah Mendes de Moraes	905	Ensino fundamental II
Escola Municipal Engenheiro Gastão Rangel	1183	Ensino fundamental II e EJA
Escola Municipal Emma D'Avila de Camillis	820	Pré-escola, ensino fundamental I e II
Escola Municipal Professora Myrthes Wenzel	958	Ensino fundamental I e II
Escola Municipal Professora Elisa Joaquina Daltro Peixoto	458	Pré-escola e ensino fundamental I
Escola Municipal Rivadávia Manoel Pinto	866	Ensino fundamental II
C.E. Hebe Camargo ³⁹	-	-

Fonte: Plataforma QEdU, 2017.

Em relação aos serviços do setor de saúde, os moradores de Guaratiba são atendidos no Posto de Saúde Doutor Raul Barroso em Barra de Guaratiba, e no Programa Saúde da Família em Guaratiba.

³⁹ Dados sobre o número de alunos matriculados no C.E. Hebe Camargo e não constam na plataforma QEdU.

3.4.8.8 Canal do São Francisco (RA Santa Cruz)

Na foz do Rio Guandu, corpo hídrico que abastece a Região Metropolitana do Rio de Janeiro e distritos industriais, localiza-se a comunidade de pesca do Canal do São Francisco. Ao longo do curso do Rio Guandu diversas obras de retificação e drenagem foram realizadas, e o Rio dividido em diferentes canais. Ao adentrar em Santa Cruz, o canal de São Francisco abastece o distrito industrial do bairro, onde se localizam a antiga Companhia Siderúrgica da Guanabara (Gerdau/Cosigua), a termelétrica de Furnas, a siderúrgica Ternium e seu terminal portuário. Após percorrer a zona industrial, a foz do canal deságua na Baía de Sepetiba. O acesso à margem esquerda do Canal do São Francisco é pela Rodovia Federal BR 101, na altura da ponte sobre o canal do São Francisco, donde se chega à Estrada da Ribeirinha. Já o acesso à margem direita do Canal do São Francisco é pela Rua Margem do Rio São Francisco, após a portaria da Ternium, na Avenida João XXIII, onde se localiza a organização de pesca Apasf.

Na altura do cruzamento do canal do Rio São Francisco com a ponte da BR 101, a montante da sede da Apasf, identifica-se uma extensa área de cultivo de mandioca e coco, pertencente à Colônia Agrícola Japonesa de Santa Cruz.

De acordo com os dados do Banco de Dados Agregados (Sidra) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o bairro possui 217.333 mil habitantes. Santa Cruz é o terceiro bairro mais populoso da zona oeste do município carioca. Possui comércio, agências bancárias, estação de trem, lojas e supermercados. Possui um sistema educacional com diversas unidades escolares, com destaque para àquelas nas proximidades do Canal do São Francisco: os moradores da localidade dispõem de 15 unidades escolares da rede municipal e dois colégios estaduais nas proximidades da localidade, situadas na Avenida João XIII, na Reta do Rio Grande e no bairro Jesuítas.

Quadro 3.4-49: Número de alunos matriculados em unidades escolares de Santa Cruz.

Unidade Escolar	Alunos Matriculados	Nível de ensino
Escola Municipal Japão	501	Pré-escola, ensino fundamental I, II e EJA
Creche Municipal Zacarias O Trapalhão	180	Creche e pré-escola
Escola Municipal Joaquim da Silva Gomes	487	Pré-escola e ensino fundamental I
Escola Municipal Professora Zulmira Telles da Costa	320	Pré-escola, ensino fundamental I e II

Unidade Escolar	Alunos Matriculados	Nível de ensino
Creche Municipal Amanhecer de Luz	97	Creche e pré-escola
Escola Municipal Liberdade	903	Ensino fundamental II
Escola Municipal Marinheiro João Cândido	408	Ensino fundamental I
CIEP Papa João XXIII	698	Ensino fundamental I, II e EJA
Escola Municipal Ponte dos Jesuítas	723	Ensino fundamental I e II
Creche Municipal Leuza Marins Novaes de Souza Santos	132	Creche e pré-escola
Escola Municipal Sindicalista Chico Mendes	456	Ensino fundamental II
EDI Professora Rosa Maria Alves de Oliveira	252	Creche e pré-escola
EDI Laryssa Silva Martins	145	Creche e pré-escola
Colégio Estadual Erich Walter Heine	540	Ensino médio
Colégio Estadual Liberdade	480	Ensino médio

Fonte: Plataforma QEdU, 2017.

Em relação aos serviços de saúde, os moradores do Canal do São Francisco são atendidos no Centro Municipal de Saúde Dr. Cattapreta, na Clínica da Família Ernani de Paiva Ferreira Braga, na UPA Santa Cruz e, em casos mais complexos, no Hospital e Maternidade Pedro II no centro de Santa Cruz.

Em relação aos serviços de saúde, os moradores do Canal do São Francisco são atendidos no Centro Municipal de Saúde Dr. Cattapreta, na Clínica da Família Ernani de Paiva Ferreira Braga, na UPA Santa Cruz e, em casos mais complexos, no Hospital e Maternidade Pedro II no centro de Santa Cruz. Vale destacar que na RA de Santa Cruz o Canal da Vala da Goiaba, na região limítrofe com a Praia de Sepetiba, Canal do Itá, ambos os canais situados no terreno pertencente à Base Aérea de Santa Cruz (BASF) também possuem pescadores moradores que tem como principal tipo de embarcação o caíque de motor de baixa potência. Nem no Canal da Vala da Goiaba, nem no Canal do Itá há organizações sociais de pesca, e em ambas as localidades os pescadores utilizam a Laje Grande e a Laje Pequena como principais pontos de pesca.

3.4.8.9 Rio da Guarda (Itaguaí)

O acesso à Comunidade do Rio da Guarda é pela Estrada Estadual RJ 099 (Rodovia Prefeito Abeilard Goulart de Souza), após a entrada do Shopping Pátio Mix Costa Verde. A localidade ocupa uma extensão de cerca de 1 km ao longo da margem do Rio da Guarda, e passa por debaixo da ponte da Rodovia Federal BR 101 (Rio Santos), próximo ao limite entre os municípios de Itaguaí e Mangaratiba.

Os pescadores da localidade descem cerca de oito quilômetros Rio da Guarda abaixo até acessar sua foz na Baía de Sepetiba, uma zona estuarina vasta na qual a ação das marés estabelece um importante regulador ecológico. A pesca é realizada nas imediações da Ilha da Madeira, no ambiente marinho. Os moradores estudantes do Rio da Guarda estão matriculados nas escolas municipais e estaduais do município de Itaguaí, e têm de se deslocar para os bairros vizinhos, como o bairro Santana, ou para as escolas no centro municipal, pois na Avenida 13 de Maio, única rua da localidade do Rio da Guarda, não há unidades escolares. As unidades escolares mais próximas ao Rio da Guarda são as situadas no bairro Santana, dentre elas, o Senai Itaguaí ⁴⁰, CIEP 300 Municipalizado Prefeito Vicente Cicarino (699 alunos matriculados no ensino fundamental I, II e EJA); Escola Municipal Oscar José de Souza (448 alunos matriculados na pré-escola e ensino fundamental I). A UBS mais próxima localiza-se no bairro Califórnia e há uma unidade da Estratégia Saúde da Família (ESF) no bairro da Ponte Preta.

3.4.8.10 Canal da Ponte Preta (Itaguaí)

O canal da Ponte Preta é um afluente artificial do Rio da Guarda, e a população pescadora habita sua margem esquerda, onde se localiza a organização social Apeita.

O canal da Ponte Preta encontra-se assoreado e altamente poluído, pois é receptor do despejo de esgoto *in natura* dos bairros das imediações. Segundo o reporte dos pescadores, o canal recebe chorume⁴¹ despejado clandestinamente pelos caminhões do aterro sanitário de Itaguaí. Em termos ecológicos, o canal da Ponte Preta acumula uma grande quantidade de vegetação o que causa dificuldades à navegação dos pescadores artesanais locais. Em 2011 o INEA lançou o "Programa Limpa Rio", voltado à limpeza e desassoreamento nos leitos e margens dos corpos hídricos do estado do Rio de

⁴⁰ A plataforma QEdu não informa o número de alunos matriculados na escola Senai Itaguaí.

⁴¹ Líquido escuro, ácido e fétido proveniente da matéria orgânica em decomposição nos aterros sanitários e lixões.

Janeiro⁴². A obra de dragagem facilitou a navegação da comunidade de pesca. Quanto às unidades de educação, os alunos contam com o Ciep Brizolão 368 João Conceição Canuto (590 alunos matriculados no ensino fundamental I e II). Em relação ao atendimento de saúde, assim como os moradores do Rio da Guarda, a assistência médica àqueles que residem no Canal da Ponte Preta é realizada na UBS do bairro Califórnia e na ESF local, do bairro da Ponte Preta.

⁴² Extraído de < <http://www.rj.gov.br/web/sea/exibeconteudo?article-id=3720815>>. Acessado em novembro de 2017.

3.4.9 Caracterização da Atividade Pesqueira na AID

A caracterização da atividade pesqueira descrita nesse item tem como fonte as informações obtidas através da aplicação de questionários estruturados junto aos pescadores (informantes chave) nos pontos de desembarque de pescado da Baía de Sepetiba, que ocorreu nos meses de setembro e novembro de 2017. A caracterização proposta divide-se nos subitens: a) Atividade produtiva na Baía de Sepetiba, b) Finalidade da atividade de pesca e local de venda das espécies capturadas, c) Tipos de pesca, d) Tipos de embarcação, e) Seguro defeso e documentação de pesca.

3.4.9.1 Atividade Produtiva na Baía de Sepetiba

O **Quadro 3.4-50** apresenta uma estimativa do número de pescadores filiados por organização de pesca da AID, segundo relatos das lideranças de cada organização.

Quadro 3.4-50: Número de pescadores filiados por organização de pesca.

Comunidade de Pesca (AID)	Entidade Representativa	Número de Filiados
Ilha da Madeira	APLIM - Associação de Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira	80
Ilha do Martins		
Ilha de Itacuruçá	AMCOVERI - Associação de Maricultores da Costa Verde de Itaguaí	10
Praia de Itacuruçá	Não existe uma entidade local**	-
Coroa Grande, Vila Geny e Vilar dos Coqueiros	CPI - Colônia de Pescadores de Itaguaí	32
Sepetiba	APAS - Associação de Pescadores de Sepetiba*	-
Pedra de Guaratiba	Colônia Z-14	200
	APAPG - Associação de Pescadores e Aquicultores da Pedra de Guaratiba	142
Canal do São Francisco	APASF - Associação de Pesca Artesanal no Rio São Francisco	50
Rio da Guarda	Não existe uma entidade local**	-
Canal da Ponte Preta	APEITA - Associação dos Pescadores de Itaguaí	50
	TOTAL	564

Fonte: Concremat Ambiental, 2017.

* Atualmente inativa

** Alguns pescadores estão filiados a diferentes entidades, inclusive com sedes fora da AID

Sobre o número de pescadores filiados declarados, 564, é importante destacar conforme já observado para a AII, que existe algum nível de intersecção entre a filiação por entidades. Quando os pescadores migram de associações, sobretudo se percebem algum tipo de vantagem na mudança de representatividade política, mantêm por algum

período de tempo vínculo com mais de uma associação. Um exemplo disso é o fato de a Assopesca, de Mangaratiba, atualmente possuir cerca de 500 associados, dentre os quais número significativo mora em outro município ou localidades, como Itaguaí, Coroa Grande, Rio da Guarda, Santa Cruz e Pedra de Guaratiba. Além destes, há filiados em colônia de pesca que ingressam também em associações, e permanecem vinculados a duas entidades por escolha. Paralelamente, existem numerosos pescadores residentes locais ou que pescam na região, não contabilizados.

Considerando os três segmentos principais da cadeia produtiva da pesca (captura, beneficiamento e distribuição/comercialização de pescado), a atividade pesqueira apresenta diversas fragilidades. Em relação às fases de extração e/ou produção, os pescadores raramente acessam o crédito para financiamento das embarcações e petrechos de pesca próprios (dentre os entrevistados nenhum relatou a utilização de crédito). O beneficiamento do pescado depende dos fornecedores de gelo, que por sua vez cobram entre R\$ 10 e R\$ 20 por saco. Dependendo da localidade onde o pescador mora, o deslocamento do gelo até a residência acarreta em derretimentos e perda de lucratividade. Alguns pescadores, que possuem menor produção e escala comercial, armazenam os peixes coletados em freezers domésticos. Na etapa de distribuição e comercialização do pescado, parte dos pescadores prefere vender o peixe diretamente para o consumidor, evitando entregar a produção para intermediários. As esposas dos pescadores desempenham papel fundamental na etapa de comercialização. Outra parcela vende o pescado para peixarias e comércios locais.

De acordo com os relatos dos entrevistados, a principal atividade realizada na região é a pesca móvel dentro da Baía de Sepetiba, como pode ser observado na **Figura 3.4-31** a seguir, sendo ainda observado que número de pessoas que vive exclusivamente da pesca está em queda. O crescimento urbano e industrial das últimas décadas e o aumento do acesso de jovens à educação (ensino médio e ensino superior) são fatores que vem influenciando na redução do número de famílias que dependem da renda da atividade.

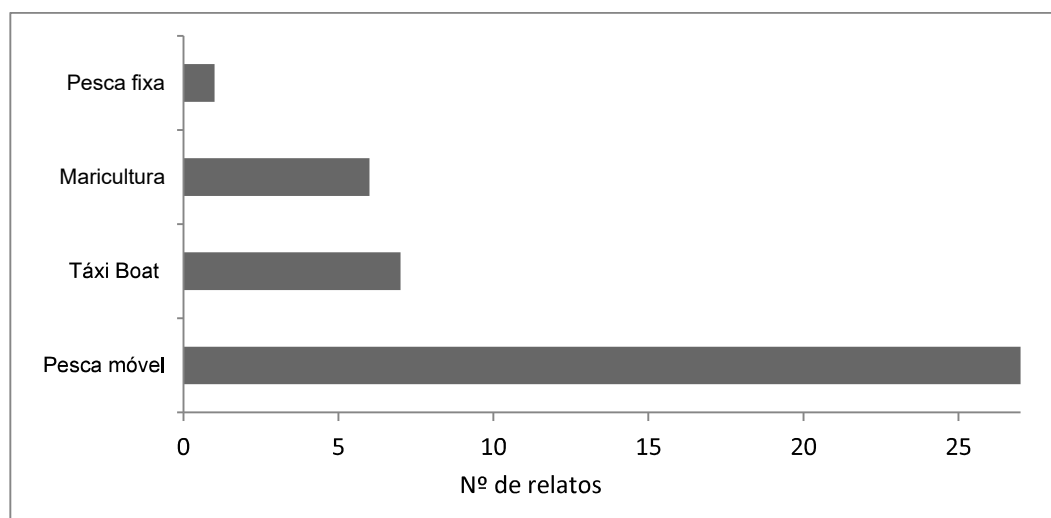


Figura 3.4-31: Atividade Produtiva na Baía de Sepetiba.

Porém, o fato de numerosos pescadores não dependerem economicamente somente da atividade da pesca não significa que esta prática perca importância para os que a realizam. É preciso considerar a pesca artesanal como uma atividade importante não apenas em termos de geração de renda direta para as famílias, mas também de complementação da renda e alimentação.

Conforme apontam os relatos, entre os anos de 2010 e 2015 o sistema portuário foi alvo de investimentos federais e privados, o que acarretou a contratação de alguns pescadores pelas indústrias e portos instalados na região. Outros postos de trabalho que foram criados se referem à condução de lanchas de apoio aos rebocadores de navios, assim como a construção civil na fase de obras dos empreendimentos (em especial, o Porto Sudeste). Entretanto, nos últimos dois anos o número de demissões cresceu e boa parte dos ex-pescadores foi dispensada. Como resultado, uma parcela desses trabalhadores passou a atuar, recentemente, como *taxi boat* (ou barqueiros) no ponto da praia de Itacuruçá.

A atividade *táxi boat* é realizada com maior intensidade entre os meses de novembro e março, em função da alta temporada e do aumento do fluxo turístico. Nos demais meses do ano, os trabalhadores fazem traslado de passageiros entre a Praia de Itacuruçá e Ilhas da Baía de Sepetiba (Itacuruçá, Jaguanum, Martins e Madeira). Os depoimentos são no sentido de que "O transporte de passageiros no verão rende 50% a mais que a pesca no ano todo", "Como barqueiro passei a ganhar mais do que só pescando, porque quem vive só de pesca não tira mais que 1 salário mínimo".

A maricultura também foi identificada como uma alternativa de renda. Apesar de ser uma atividade desejada por boa parte dos trabalhadores da pesca, apenas uma parcela consegue atuar no ramo, tendo em vista os altos custos de investimento para o licenciamento e instalação de fazendas marinhas. Já a atividade de pesca fixa relatada na entrevista está relacionada ao lazer de pescadores profissionais aposentados e moradores também aposentados, que pescam de anzol na beira das praias.

3.4.9.2 Finalidade da atividade de pesca e local de venda das espécies capturadas

As entrevistas apontam para o consumo e a venda das espécies capturadas na Baía de Sepetiba como principal destino da cadeia produtiva. Os pescadores vendem para turistas na beira das praias, de porta em porta, para restaurantes locais e peixarias. Um dos entrevistados entrega a produção para atravessadores que vão até a Praia de Itacuruçá e à Ilha da Madeira comprar camarões. Apesar de os atravessadores pagarem um valor inferior ao que é pago pelos turistas, a venda é imediata e garantida. Há pessoas que se dedicam exclusivamente à atividade comercial de venda, como boa parte das mulheres casadas com pescadores, ou ex-pescadores que, por atuarem a maior parte do tempo nas peixarias (como os presidentes da Aplim e Apeita), dispõem de pouco tempo para ir ao mar. Já a pesca esportiva e a pesca para consumo próprio estão relacionadas ao lazer dos aposentados (ver **Figura 3.4-32** e **Figura 3.4-33**)

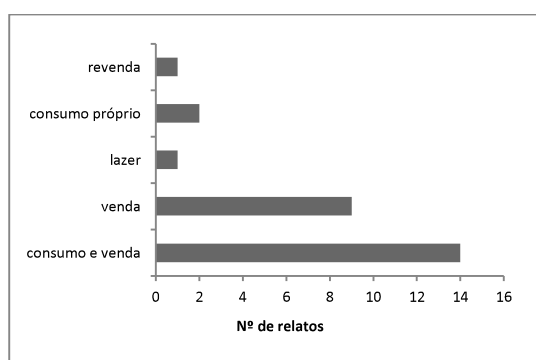


Figura 3.4-32: Finalidade da atividade de pesca.

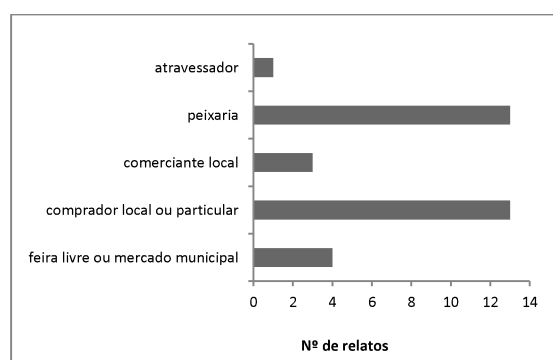


Figura 3.4-33: Local de venda do Pescado Capturado.

3.4.9.3 Tipo de pescaria

O tipo de pescaria realizada por grupos de pesca depende do tipo de equipamento e do método utilizado na captura dos pescados. Esses elementos decorrem de fatores histórico-culturais como a preservação das técnicas, repassadas entre gerações de pescadores. Atualmente os jovens não se dedicam à atividade de pesca, mas ainda assim entendem sobre o assunto por fazerem parte de uma família de pescadores. Percebe-se que na Baía de Sepetiba o uso de técnicas e ferramentas antigas, sem o emprego de tecnologias mais avançadas. Nota-se também um desgaste das embarcações, pois além de todas as localidades visitadas não dispor de infraestrutura apropriada para embarque e desembarque do pescado (píer), não há locais especializados para o reparo e manutenção. Normalmente são os próprios pescadores quem consertam seus barcos.

As pescarias de espera e cerco são as predominantes. Ambas as artes são empregadas na captura de corvina, robalo, tainha, parati, pescadinha, espada, guaivira, entre outros. Já a rede de arrasto é utilizada na pesca do camarão, apesar de ser proibido este tipo de pescaria dentro da baía. As pescarias de tarrafa, vara de pescar, espinhel de fundo, rede de aperto, rede de arrasto de portas e cerco com calão também foram mencionadas.

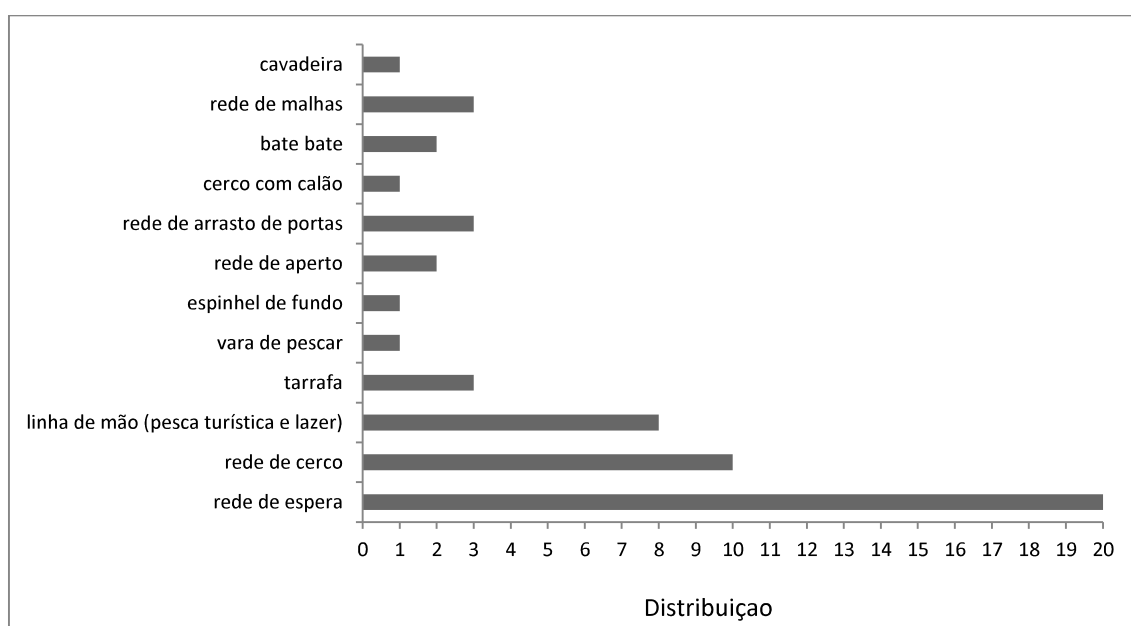


Figura 3.4-34: Arte de pesca realizada na AID.

3.4.9.4 Tipos de embarcação

A pesca dentro da baía é feita por embarcações de pequeno porte dotadas ou não de motores e, em geral, de baixa potência e com estruturas precárias de armazenamento do pescado. Observa-se a preponderância das embarcações de pequeno porte, como canoas, caícos, baleeiras e botes com remo e motor. De acordo com as entrevistas, a maior parte dos pescadores utiliza caícos e canoas, como motores entre 15 e 20 hp ⁴³. As embarcações do tipo baleeira e botes com remo e motor são de menor porte, e dotadas de motores com 5hp. Foi mencionado o uso de embarcações voadeiras para o transporte de passageiros e turistas, em que a potência do motor é superior às demais anteriormente citadas: varia entre 40 e 60 hp.

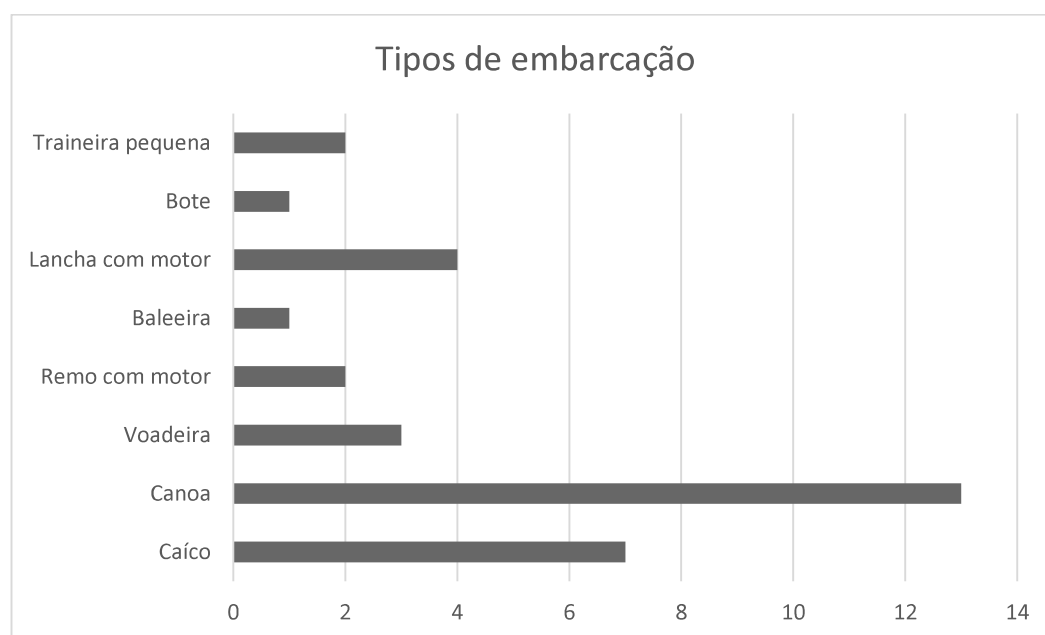


Figura 3.4-35: Embarcação utilizada para a pesca.

⁴³ Hp = horse power (valor de potência do motor da embarcação).

3.4.9.5 Seguro Defeso e Documentação de Pesca

Dentre os 27 entrevistados durante o levantamento de campo 10 pescadores declararam receber seguro desemprego, no valor de 1 (um) salário mínimo mensal, durante o período de defeso de atividade pesqueira para a preservação da espécie. Outros 15 assumiram não receber o benefício. Os relatos confirmam o que os presidentes das organizações sociais de pesca revelaram: anteriormente existia seguro defeso para as espécies de sardinha, camarão, tainha, entre outros peixes. Entretanto, esses seguros foram suspensos e apenas o do mexilhão encontra-se vigente. Com essa migração do defeso para o mexilhão, os pescadores mencionam que muitas pessoas se declararam catadores artesanais sem de fato o serem. O resultado, para eles, é injusto, já que estão recebendo benefícios sem ter direitos.

Em relação à documentação para exercer a atividade pesqueira, dentre os entrevistados pouco menos de 80% possuem algum tipo de documentação que comprove o trabalho na atividade de pesca, e os restantes não possuem documentação alguma. Dos que portam documentação, a maioria detém o Registro Geral de Pesca (RGP) e poucos possuem a carteira de Marinheiro Auxiliar de Convés (MAC) - habilitação para pilotar as voadeiras *táxi boat*.

3.4.10 Contextualização Arqueológica e Etno-Histórica Regional

O histórico das pesquisas arqueológicas realizadas no estado do Rio de Janeiro permite inferir uma densidade significativa de registros de ocupações humanas pretéritas, que abrange uma ampla faixa temporal neste território, desde cerca de 10.000 a 4.000 A. P. até o séc. XIX. Os sítios registrados até o momento servem como indicativos da riqueza sobre a dinâmica humana ali ocorrida. Também demonstram a necessidade de levantamentos arqueológicos intensivos, que permitam caracterizar o grande potencial arqueológico referendado pelas fontes etno-históricas e pelos suportes geocológicos altamente favoráveis à subsistência humana, bem como ao uso, circulação e manejo dos recursos naturais disponíveis.